

# ANEXO PESSOAL

Cláudio Filho

Documentação Digitalizada e entregue ao MPF

I. INTRODUÇÃO.....	4
1.1. Histórico na Empresa.....	4
1.2. Panorama do Processo Legislativo, atuação e relações institucionais em Brasília .....	4
1.3. Descrição das Etapas do Apoio as Demandas Legislativas das Empresas.....	8
II. MEUS RELACIONAMENTOS COM AGENTES PÚBLICOS CENTRAIS DO CONGRESSO NACIONAL.....	9
2.1. Minha visão sobre a estrutura de poder e arrecadação financeira do PMDB.....	9
2.2. Meu relacionamento com Romero Jucá (Codinome “CAJU”) e a intensa agenda legislativa liderada e patrocinada por este parlamentar em favor da Odebrecht .....	11
2.3. Meu Relacionamento com Renan Calheiros (Codinome “JUSTIÇA”).....	16
2.4. Meu relacionamento com Geddel Vieira Lima (Codinome “BABEL”). Pagamentos realizados em 2006, 2008, 2010 e 2014 .....	19
2.5. Meu Relacionamento com Eliseu Padilha (Codinome “PRIMO”).....	24
2.6. Meu Relacionamento com Moreira Franco (Codinome “ANGORÁ”).....	26
2.7. Meu relacionamento com Michel Temer.....	28
2.8. Meu Relacionamento com Eduardo Cunha (Codinome “CARANGUEJO”).....	29
2.9. Meu Relacionamento com Jaques Wagner (Codinome “POLO”).....	30
III. EVENTOS LEGISLATIVOS ESPECÍFICOS .....	36
3.1. MP 252/05 (MP do Bem) – MP 255/05 (MP do Bem 2) – Novo tratamento tributário da NAFTA Petroquímica e Condensado – Atuação do Senador Romero Jucá.....	36
3.2. PLC n. 32/07 – Emenda n. 40 - Propõe alteração à Lei n. 8666/93 – Atuação de Romero Jucá.....	37
3.3. Pagamentos a parlamentares para aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal n. 72/2010 (“PRS 72/2010”) – Participação de Romero Jucá, Renan Calheiros e Delcídio do Amaral (Codinome “FERRARI”) .....	38
3.4. MP 563/12 – Tratamento Tributário equivalente entre NAFTA e Condensado – Atuação de Romero Jucá.....	41
3.5. MP 579/12 – Atuação de Renan Calheiros .....	42
3.6. Pagamentos a parlamentares para aprovação da Medida Provisória n. 613/13 (“MP 613/2013”) – Romero Jucá, Renan Calheiros, Eunício Oliveira, Rodrigo Maia e Lúcio Vieira Lima.....	43
3.7. Pagamentos a parlamentares para aprovação da Medida Provisória n. 627/13 (“MP 627/2013”) – Romero Jucá e Renan Calheiros.....	48
3.8. MP 651/14– Pagamento para apresentação de emendas e aprovação do texto por parte de Romero Jucá.....	51
IV. PAGAMENTOS DESTINADOS A AGENTES POLÍTICOS .....	52
4.1. Pagamentos realizados para Eliseu Padilha – Jantar no Palácio do Jaburu .....	52
4.2. Pagamentos realizados para Anderson Dornelles (codinome “LAS VEGAS”).....	54
4.3. Pagamentos realizados a Gim Argello (codinome “CAMPARI”).....	56

4.4. Pagamentos realizados ao Senador Ciro Nogueira – (codinomes “CERRADO” e “PIQUI”) .....	58
4.5. Pagamentos realizados ao Senador José Agripino (codinomes “PINO” e “GRIPADO”) .....	60
4.6. Pagamento realizado ao ex-Deputado Federal Inaldo Leitão (codinome “TODO FEIO”).....	61
4.7. Pagamento realizado ao Deputado Federal Duarte Nogueira (codinome “CORREDOR”).....	62
4.8. Pagamento realizado ao Deputado Federal Marco Maia (Codinome “GREMISTA”) .....	62
4.9. Pagamento realizado ao Deputado Federal Antônio Brito (codinome “MISERICÓRDIA”) .....	63
4.10. Pagamento realizado ao Deputado Federal Arthur Maia (Codinome “TUCA”).....	64
4.11. Atuação de João Almeida.....	64
4.12. Deputado Carlinhos Almeida - MP 544/2011 .....	65
4.13. Meu relacionamento institucional com Bruno Araújo .....	65
4.14. Episódio com o Senador Romário .....	66
4.15. Pagamentos realizados a Flávio Dolabella (“FAZENDEIRO”) .....	66
4.16. Pagamentos a Katia Abreu.....	67
4.17. Minha visão e atuação sobre o Orçamento Geral da União .....	68
4.18. Pagamentos realizados a outros Agentes Políticos no ano de 2010 (com codinomes identificados).....	69
4.19. Explicação sobre outros pagamentos identificados em planilhas relativa a pagamentos nas eleições de 2010 .....	73
4.20. Pagamentos realizados a outros Agentes Políticos oficialmente no Ano de 2014.....	76
4.21. MP 460/09 – Esclarecimento sobre os e-mails de Marcelo Odebrecht sobre Antônio Palocci – “Operação Omerta” .....	79

Documentação sigilosa entregue ao MPF

## **I. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Histórico na Empresa**

Eu, Claudio Filho, iniciei minha trajetória na Odebrecht em 1989, como estagiário, atuando em uma obra em Luziânia/GO. Posteriormente, ainda como estagiário, passei a trabalhar nas obras do Metrô do Distrito Federal. Quando me graduei, fui efetivado no setor de contabilidade ainda na obra do Metrô. Essas foram minhas únicas participações em obras no Brasil.

No final de 1993, fui convidado a integrar a área da Diplan, que é uma área de planejamento e acompanhamento gerencial, burocrático, interno da construtora. Permaneci nessa função até maio de 1998.

Em seguida, fui convidado para trabalhar em um empreendimento imobiliário chamado Luanda Sul. Ocupei o cargo até o agosto de 2004. A partir de então, passei a ocupar o cargo de diretor de relações institucionais da Odebrecht S.A, em razão da ocorrência de um sério problema de saúde que impediu que o meu pai, Claudio Melo, pudesse continuar trabalhando na sua função. Como ocorre até hoje, quando assumi o cargo, cada uma das empresas do grupo Odebrecht possuía seu próprio diretor de relações institucionais, com total autonomia de atuação e agenda própria, conforme irei detalhar adiante.

Como relatarei de forma detalhada no Anexo 4.16, condicionei o meu ingresso ao não envolvimento da minha pessoa com assuntos relacionados ao Orçamento Geral da União. Deixei claro que esse tema já tinha levado a injustas conjecturas com relação à figura do meu pai ao longo da década de 1990, em razão da busca e apreensão ocorrida na residência de outro executivo da empresa à época e que eu não gostaria de me envolver com esse tipo de agenda.

Quando assumi o cargo de diretor de relações institucionais da Odebrecht S.A. José Filho e Rubio Fernal e Souza já trabalhavam em Brasília na área de relações institucionais.

A referida área apoia os responsáveis pelas áreas de relação institucional e presidentes das demais empresas do grupo, sendo certo que estes possuem agendas institucionais próprias junto aos entes e órgãos públicos, incluindo Congresso Nacional, A equipe de relações institucionais em Brasília é solicitada a apoiar as empresas em situações específicas de interesse crítico.

### **1.2. Panorama do Processo Legislativo, atuação e relações institucionais em Brasília**

Antes de relatar os eventos relevantes de que eu tenho participação, quero descrever a minha atuação e o panorama do processo legislativo ao longo dos anos que estou em Brasília.

Em agosto de 2004, quando vim para Brasília, ainda não militava no meio político e

não tinha contato com políticos, salvo aqueles que me conheciam por intermédio de meu pai. Nominalmente, dentre os políticos que eu já conhecia por intermédio de meu pai, cito: Geddel Vieira Lima, José Carlos Aleluia, João Almeida, Jutahy Magalhães e Heráclito Fortes.

Os poucos relacionamentos do PT que tinha, foram herdados de meu pai. São eles: Jaques Wagner e Walter Pinheiro. Particularmente, não mantinha relação com o PT.

Sabia que o apoio legislativo oferecido pelos agentes políticos às empresas se dava, na prática, ao menos em troca de contribuições em períodos eleitorais, quando não em troca de contrapartidas financeiras mais imediatas, conforme demonstrarei em alguns meus relatos. Por causa disso, vários agentes políticos tentaram se aproximar de mim. Valendo-me da situação, percebi que deveria selecionar determinados agentes com relevância política e que teriam melhores condições de gerar resultados positivos para a minha empresa.

Resumindo, minha atuação, por ser da área de relações institucionais, é no sentido de manter perene e diretamente, e com o apoio das entidades de classe que representam os setores afetos às empresas do grupo, relações institucionais com parlamentares, que preferencialmente exercem forte liderança em seu partido e em seus pares.

A minha empresa tem interesse na permanência desses parlamentares no Congresso e na preservação da relação, uma vez que historicamente apoiam projetos de nosso interesse e possuem capacidade de influenciar os demais agentes políticos. O propósito da empresa, assim, era manter uma relação frequente de concessões financeiras e pedidos de apoio com esses políticos, em típica situação de privatização indevida de agentes políticos em favor de interesses empresariais nem sempre republicanos.

Adicionalmente, busquei identificar e apoiar políticos promissores, que, além de defender projetos de interesses convergentes, demonstram capacidade de exercer liderança no Congresso e nos respectivos partidos, passando, portanto, a figurar na lista de políticos estratégicos. No caso de agentes políticos promissores, a identificação dos mesmos em seus respectivos Estados de origem se dá, à exceção da Bahia, pelos DSs e DCs respectivos. No caso da Bahia, a minha participação efetivamente ocorre, pois se trata do meu Estado de origem.

Para desenvolver a nova função que havia assumido, procurei montar uma boa equipe e por em prática desenvolvimento de uma agenda de acompanhamento legislativo qualificado.

Ao longo desses anos, mantive contatos mais frequentes com os seguintes agentes políticos: João Almeida, Renan Calheiros, Moreira Franco, Bruno Araújo, Heráclito Fortes, Arthur Maia, Geddel Vieira Lima, José Carlos Aleluia, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Antonio Imbassahy, Lúcio Vieira Lima, Gim Argello, Leur Lomanto, Jutahy Magalhães, Michel Temer, Inaldo Leitão, Walter Pinheiro, João Carlos Bacelar, Duarte Nogueira, Eliseu Padilha, Aldo Rebelo, Rogério Rosso, Antonio Brito, Benito Gama, Rodrigo Maia, Paes Landim, José Agripino, Jacques Wagner, Paulo Abi-akel, e Claudio Cajado.

Além disso, em casos mais episódicos, mantive algum contato com os seguintes agentes políticos: Luiz Carlos Hauly, Carlos Sampaio, Cristóvam Buarque, Fábio Ramalho, Marco Maia, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Arlindo Chinaglia, Mendonça Filho, Arnaldo Jardim, Daniel Almeida, Paulo Pimenta, Julio Delgado, Lidice da Mata, Eduardo Cunha, Paulo Magalhaes, Nelson Pelegrino, Aginaldo

Ribeiro, Delcídio do Amaral, Fernando Collor, Rui Costa, Carlinhos Almeida e Eduardo Braga.

Alguns desses parlamentares me solicitaram patrocínio financeiro, na forma que relatarei em seguida. Os pagamentos destinados a agentes políticos que eram indicados por mim dentro da minha empresa eram aprovados por Marcelo Odebrecht, pelos presidentes ou pelos diretores dos negócios. Isso não retira, por evidente, o peso do meu apoio a um determinado pagamento dentro da empresa. Os agentes políticos sabiam do peso da minha opinião favorável dentro da empresa e eu sempre usei isso em meu favor.

Ainda assim, sem querer fugir às minhas responsabilidades, acho importante, apenas para fins de contextualização, pontuar que, dentro da minha empresa, outras pessoas mantinham agenda própria no Congresso Nacional. Indico, assim, brevemente a agenda que os responsáveis pelas Relações Institucionais de cada uma das empresas desenvolveram e desenvolvem em Brasília junto ao Congresso Nacional:

- 1) **Odebrecht Agroindustrial:** o responsável dessa empresa, na qualidade de Vice-Presidente de RI, é Amaury Pekelman. Assim como ocorre em outras empresas do grupo, esta empresa possui equipe dedicada a relações governamentais para assuntos em Brasília e nos Estados.
- 2) **Enseada do Paraguaçu:** o diretor de relações institucionais desta empresa é Humberto Rangel, que possui agenda própria em Brasília.
- 3) **Odebrecht Ambiental:** durante algum tempo esta empresa tinha um Diretor de RI cujo nome é Newton Azevedo Junior, que por várias vezes esteve em Brasília tratando de assuntos da empresa.
- 4) **Odebrecht S.A.:** Além de mim e de José Filho, também é Diretor de relações institucionais em Brasília o senhor Rubio Fernal e Souza. Por vários anos, antes inclusive da minha chegada em Brasília, o Rubio desenvolvia a função de RI junto ao Senado, Casa Civil e Itamaraty. Recentemente, desenvolve esta função na Odebrecht Infraestrutura Brasil, onde é responsável por RI em apoio ao Projeto do Submarino.
- 5) **Braskem:** Foi representada durante o período entre 2002 e 2007 por seu Vice-Presidente Alexandrino Alencar, sendo substituído por Marcelo Amaral que atuou no período entre 2007 e maio de 2016. Os assuntos são tratados diretamente por uma equipe responsável pelo relacionamento institucional junto ao Congresso Nacional. Adicionalmente a isso, a empresa tem consultores externos, que geram relatórios diários e semanais discorrendo sobre o andamento e acompanhamento dos assuntos de interesse da Braskem e do setor petroquímico. Em várias oportunidades, a Braskem ou as entidades representativas de classe apresentaram emendas em MPs e também trataram de temas diretamente no Executivo e no Legislativo, muitas vezes através da Frente Parlamentar da Indústria Química, que atuava para defender a competitividade do setor químico, petroquímico e da indústria plástica. A CNI, algumas federações Estaduais e as associações de classe ABIQUIM, ABIPLAST, ABRACE e PLASTVIDA também foram veículos de atuação da área de relações institucionais da Braskem. A Braskem possui demandas regionais na Área de RI, tendo um gerente de relações institucionais e uma equipe em cada Estado de sua atuação, quais sejam: Bahia, Alagoas, São Paulo e Rio Grande do Sul.

- 6) **Odebrecht Internacional:** Atualmente, o responsável por relações institucionais da área internacional é João Carlos Nogueira, que é o responsável em Brasília pelo apoio, em RI, junto ao Itamaraty e ao Ministério da Indústria e Comércio.
- 7) **Odebrecht Properties:** O responsável por RI dessa empresa foi Eduardo Martins, que, durante os anos de 2014 e 2015, trabalhava em Brasília e desenvolvia junto ao Congresso Nacional atividade de defesa do setor.
- 8) **Odebrecht Defesa e Tecnologia:** Essa empresa tinha dedicada a Brasília duas pessoas que tratavam de RI: Manoel Nogueira e Oswaldo Oliva, além de uma estrutura que funcionava no nosso prédio, em andar distinto e com equipe própria e independente.
- 9) **Infraestrutura Brasil:** Especificamente no caso desta empresa, o relacionamento político-estratégico sempre foi desenvolvido por seus DSs e também por seus DCs.

Sempre que demandado, atuei institucionalmente em apoio às agendas afetas aos projetos conduzidos por essas pessoas.

Quanto às demais empresas de engenharia, minha equipe se relacionava com os RI's de algumas delas com escritório de representação em Brasília. Posso listar os seguintes nomes que sei que trabalhavam na área de RI de outras empresas:

- 1) OAS: Roberto Zardi;
- 2) Andrade Gutierrez: Flávio Machado e Gustavo Barreto;
- 3) Queiroz Galvão: Luiz Ronaldo Cherulli; e
- 4) Camargo Corrêa: Gustavo Marques.

Revido minha atuação de forma cronológica, tive pouco envolvimento com questões relevantes ao longo do ano de 2005, pois não conhecia os políticos mais atuantes e fui aos poucos sendo apresentado a eles, contando com o bom aconselhamento de meu pai, que apontava quais agentes tinham capacidade de serem líderes e mereciam o estabelecimento de relação institucional. Não tinha, inicialmente, contato com Michel Temer, que só conheci em agosto de 2005, por meio do Geddel Vieira Lima, em um jantar de comemoração de aniversário de meu pai, que já estava com a saúde bastante debilitada. Somente conheci Eliseu Padilha, acredito, no final de 2005.

Recordo que o meu primeiro embate no Congresso Nacional envolveu tema tributário na Medida Provisória n. 252 (MP do Bem), conforme será relatado adiante. Minha atuação tinha como foco a alteração do texto já existente e a inclusão de emendas ao texto da Medida Provisória.

No mais, todos os assuntos que tratei no Congresso se iniciaram através de Romero Jucá. Na maioria das vezes, não tratava com mais ninguém. Normalmente, me dirigia a ele, que me orientava sobre quais passos adotar e quais parlamentares seriam acionados. Romero Jucá agia em nome próprio e do grupo político que representava, formado por Renan Calheiros, Eunício Oliveira e membros do PMDB. Jucá era o Líder do Governo no Senado e, embora não falasse pelo Governo, falava com o Governo. Os assuntos que começavam com ele avançavam ou se encerravam

diretamente com ele.

Por opção minha, iniciava a maioria absoluta das tratativas diretamente no Senado. Poucos casos específicos ficaram apenas no âmbito da Câmara, como a MP dos Portos. Preferia evitar as discussões na Câmara principalmente em razão do número de agentes e interesses, o que dificultava as tratativas. Quando, eventualmente, precisávamos tratar alguma questão com algum Deputado, recorria diretamente à pessoa de contato dele dentro da empresa.

A partir de 2009 e 2010, as MPs passaram a ter mais valor para a empresa, justamente por causa da saída de Pedro Novis e da entrada de Marcelo Odebrecht na diretoria da Odebrecht. Acompanhávamos os pedidos decorrentes da ligação de Marcelo Odebrecht com o Poder Executivo. A partir daí, passei a tratar os temas preferencialmente com Romero Jucá, que exercia função de liderança e representação sobre os demais Senadores, especialmente aqueles do PMDB.

### **1.3. Descrição das Etapas do Apoio as Demandas Legislativas das Empresas**

Para melhor contextualizar os relatos que farei, segue uma breve descrição de como ocorre o apoio realizado às demandas legislativas das empresas.

#### **Etapa 1 – Surgimento do Interesse da Demanda Legislativa**

O primeiro passo deste processo é o encaminhamento e consulta de possível afetação das MP's, PL's e outros temas legislativos, junto as áreas de Relacionamento Institucional de cada empresa, de forma a que estas empresas se manifestem quanto ao interesse ou não de acompanhamento.

A partir daí é gerado um documento denominado de “Monitor Legislativo”, contendo todos os projetos que devem ser acompanhados diariamente, por cada empresa, ao longo do ano.

#### **Etapa 2 – Monitoramento das Proposições**

A partir da consolidação do “Monitor Legislativo”, as áreas de relacionamento institucional do grupo passam a receber o “Radar Legislativo”, sendo : (a) as segundas-feiras, o envio de informações com a agenda da semana das proposições, identificadas também nas agendas encaminhadas nos mailings das entidades e (b) diariamente, a informação com a movimentação dessas matérias assim que ocorrem.

#### **Etapa 3 – Identificação e inserção em debates**

A partir do monitoramento dos principais temas e proposições identificados pelas empresas, quando solicitado por algum LE ou por Marcelo Odebrecht (raramente isso ocorrida diretamente por parte de um DS ou DC), eu apoiava as áreas de relações governamentais e departamentos jurídicos das empresas na identificação e inserção delas em debates e discussões legítimas de cada setor, sejam nas entidades de classes, associações e confederações. Naturalmente as empresas já possuem essa representação nos comitês temáticos dessas entidades e discutem os temas e



proposições em reuniões periódicas, que culminam na atuação dessas entidades no Congresso Nacional.

#### **Etapa 4 – Apoio as ações de inserção de cada setor na agenda no Congresso**

Quando a empresa identifica a necessidade de apresentação de sugestões para uma proposição, sejam emendas a MP ou Projetos de Lei, requerimentos de Audiência Pública para inserção e qualificação da posição, o meu trabalho consistia em dar apoio encaminhando essas sugestões para as áreas de Relações Governamentais e Jurídico dessas entidades.

#### **Etapa 5 – Apoio às entidades e empresas nas ações de convencimento do pleito**

Os comitês temáticos elaboram Notas Técnicas sobre os pontos (proposições e instrumentos apresentados pelos parlamentares) que precisam ser defendidos na discussões no Congresso.

A partir da consolidação dessa Nota Técnica pela entidade, quando solicitado, eu apoiava as áreas de Relações Governamentais das empresas e das entidades e suas estratégias de sensibilização ao longo de toda a tramitação da proposição.

\*\*\*\*\*

Relatarei em seguida os eventos relevantes que contaram com minha participação ou conhecimento preciso. Quero, antes de tudo, esclarecer que apresento, neste momento, relatos totalmente refeitos e revisados, frutos de grande esforço de detalhamento e recuperação de fatos e dados. Também trago fatos que sei que podem ser relevantes fontes para alavancar novas linhas de investigação. Tenho convicção de que, com meus relatos, deixarei clara a forma pragmática como funcionava a política nos bastidores do Congresso Nacional.

## **II. MEUS RELACIONAMENTOS COM AGENTES PÚBLICOS CENTRAIS DO CONGRESSO NACIONAL**

### **2.1. Minha visão sobre a estrutura de poder e arrecadação financeira do PMDB**

	<p>Antes de relatar os meus relacionamentos com políticos e os episódios que participei relevantes para a colaboração, quero descrever como funciona, na minha visão, a estrutura orgânica de poder e arrecadação financeira do PMDB em Brasília.</p> <p>Desde que assumi meu cargo em Brasília, em 2004, sempre vi o PMDB dividido em dois grandes grupos paralelos, que posso caracterizar como o grupo atuante no Senado Federal e o grupo atuante na Câmara dos Deputados. Como já mencionei acima, por estratégia pessoal, foquei a minha atuação institucional no Senado Federal, mas também sei descrever, no que vivi, o funcionamento do grupo dominante do PMDB na Câmara dos Deputados.</p>
--	--

### **PMDB no Senado Federal**

O núcleo dominante do PMDB no Senado Federal tem a sua cúpula formada pelos Senadores Romero Jucá, Renan Calheiros e Eunício Oliveira. Esse grupo é bastante coeso em suas atuações e possui enorme poder de influência sobre outros parlamentares, tanto do partido como de outras legendas. Esse fato dá a esse núcleo grande poder de barganha, pois possui a capacidade de praticamente ditar os rumos que algumas matérias serão conduzidas dentro do Senado Federal.

Os papéis desempenhados por cada um dos Senadores dentro do grupo são bastante claros. Pela sua capacidade de interlocução política (tendo sido líder do governo por vários anos seguidos), o Senador Romero Jucá pode ser considerado o “homem de frente” nas tratativas diretas com agentes particulares. Um exemplo disso é encontrado no fato de que o gabinete do Senador sempre foi concorrido e frequentado por agentes privados interessados na sua atuação estratégica.

Exatamente por essa posição destacada, o Senador Romero Jucá, no meu entendimento, é o principal responsável pela arrecadação de recursos financeiros dentro do grupo do PMDB no Senado. Dedico a ele um relato à parte exclusivo, pois foi ele o meu principal interlocutor dentro do Senado Federal. A minha experiência deixou claro que o Senador Romero Jucá centralizava o recebimento de pagamentos e distribuía os valores internamente no grupo do PMDB do Senado Federal, especificamente, no que posso atestar com total segurança, no que diz respeito aos Senadores Renan Calheiros e Eunício Oliveira.

O Senador Renan Calheiros, embora algumas vezes interagisse diretamente comigo, como detalho no Anexo 2.3, atuava, em regra, sob a representação do Senador Romero Jucá, delegando a ele a tarefa de negociar, em seu nome, os repasses financeiros decorrentes de auxílios legislativos. Ainda que, em alguns casos, eu não tenha tido tratado diretamente com o Senador Renan Calheiros, eu sempre tive a certeza de que os entendimentos acertados com Romero Jucá eram automaticamente acertados com Renan. Acredito que existia, de fato, uma relação de preposição, em que o Senador Romero Jucá falava em nome dos dois.

Desde que assumiu mandato de Senador, em 2011, o Senador Eunício também passou a ser representado pelo Senador Romero Jucá. Percebia isso quando eu tratava com Romero Jucá, que deixava claro que seus pedidos e alinhamentos representavam também a vontade do Senador Eunício Oliveira.

O grupo político dominante do PMDB no Senado Federal, portanto, concentra grande poder e, centralizado em Romero Jucá, arrecada recursos financeiros que são repassados internamente dentro dos nomes associados a esse grupo.

	<p><b>PMDB na Câmara dos Deputados</b></p> <p>O núcleo político organizado do PMDB na Câmara dos Deputados é historicamente liderado por Michel Temer, atual Presidente da República.</p> <p>À semelhança do que ocorre no Senado Federal, esse grupo é capitaneado por três nomes: Michel Temer, Eliseu Padilha (atual Ministro-chefe da Casa Civil) e Moreira Franco (Ministro de Estado do atual Governo). Dedico a cada um deles anexo próprio, em que relato detalhadamente os relacionamentos que mantive com todos.</p> <p>Pelo que pude perceber ao longo dos anos, a pessoa mais destacada desse grupo para falar com agentes privados e centralizar as arrecadações financeiras é Eliseu Padilha. Ele atua como verdadeiro preposto de Michel Temer e deixa claro que muitas vezes fala em seu nome. Eliseu Padilha concentra as arrecadações financeiras desse núcleo político do PMDB para posteriores repasses internos.</p> <p>Michel Temer atua de forma muito mais indireta, não sendo seu papel, em regra, pedir contribuições financeiras para o partido, embora isso tenha ocorrido de maneira relevante no ano de 2014, conforme detalharei adiante. Esse papel de “arrecadador” cabe primordialmente a Eliseu Padilha e, em menor escala, a Moreira Franco.</p> <p>Tanto Moreira Franco como Eliseu Padilha, contudo, valem-se enormemente da relação de representação/preposição que possuem de Michel Temer, o que confere peso aos pedidos formulados por eles, pois se sabe que o pleito solicitado em contrapartida será atendido também por Michel Temer.</p> <p>Geddel Vieira Lima também possui influência dentro do grupo, interagindo com agentes privados para atender seus pleitos em troca de pagamentos.</p> <p>De forma mais recente, Eduardo Cunha ganhou bastante espaço dentro desse núcleo do PMDB, muito em razão do poder que tinha de influenciar seus pares (entre eles alguns deputados que assumiram papel relevante, como Henrique Eduardo Alves), o que era uma poderosa moeda de troca na hora de negociar a sua atuação como parlamentar.</p> <p>Essa, portanto, é a minha visão macro sobre o funcionamento orgânico do PMDB, que possui duas grandes células de atuação com relativa independência entre si.</p>
--	--

## **2.2. Meu relacionamento com Romero Jucá (Codinome “CAJU”) e a intensa agenda legislativa liderada e patrocinada por este parlamentar em favor da Odebrecht**

Romero Jucá era o meu principal interlocutor no Congresso Nacional. O relevo da sua figura pode ser medido por dois fatos objetivos: (i) a intensidade da sua devoção aos pleitos que eram do nosso interesse e (ii) o elevado valor dos pagamentos financeiros que foram feitos ao Senador ao longo dos anos.

Ao longo de relatos específicos e detalhados, irei demonstrar como Romero Jucá foi efetivamente o meu vetor de interlocução com os agentes-chave dos seguintes atos/proposições legislativos junto ao Congresso Nacional:

- (i) Aprovação da **Medida Provisória 252/05 e Medida Provisória 255/05** – Tributação de NAFTA Petroquímica e Condensado. Atuação decisiva para aprovação da matéria de interesse da Braskem (Anexo 3.1 – Página 29) – Apresentação da Emenda de Relator n. 458;
- (ii) **PLC N. 32/07- Lei 8.666/93** – (Anexo 3.2 – Página 29) Atuação do Senador Romero Jucá para que reforçasse junto a Francisco Dornelles a importância da apresentação da emenda.
- (iii) Aprovação da **Medida Provisória 449/08** [tratava sobre a legislação tributário federal relativa ao parcelamento ordinários de débitos tributários, remissão e regime tributário de transição];
- (iv) Atuação na **Medida Provisória n. 460/09 e 470/09**, que tratava sobre crédito prêmio de IPI (Anexo 4.19 – Página 58);
- (v) Aprovação da **Medida Provisória 472/09** [tratava sobre o Regime Especial para Indústria Petroquímica]
- (vi) Aprovação do **PLC 6/09** [estruturava o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência]: atuou como relator do caso e formulou requerimentos
- (vii) Aprovação do **Projeto de Resolução do Senado Federal n. 72/2010** [tratava sobre o tema que foi conhecido como “Guerra dos Portos” (Anexo 3.3. – Página 30)]: co-autor do projeto, formulou requerimentos;

- (viii) Aprovação da **Medida Provisória 563/12** [tratava sobre a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas e outras questões tributárias (Anexo 3.4 – Página 33)]: atuou como Vice Presidente da Comissão Mista e relator da matéria;
- (ix) Aprovação da **Medida Provisória 579/12** [tratava sobre concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e redução dos encargos setoriais (Anexo 3.5 – Página 33)]: atuou como membro da Comissão Mista;
- (x) Aprovação da **Medida Provisória 613/13** [tratava de diversos temas do interesse da Companhia, notadamente do REIQ (Anexo 3.6 – Página 34)]: atuou como membro da Comissão Mista;
- (xi) Aprovação da **Medida Provisória 627/13** [tratava sobre mudanças no regime de tributação do lucro auferido no exterior (Anexo 3.7 – Página 40)]: atuou como relator no Senado e apresentou diversas emendas;
- (xii) Aprovação da **Medida Provisória 651/14** [tratava sobre fundos de índice de renda fixa, responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento e outras questões tributárias (Anexo 3.8 – Página 41)]: atuou como presidente da Comissão Mista, propôs emendas e formulou requerimentos.

Em todos esses casos, a escolha do Senador Romero Jucá como meu interlocutor principal no Congresso foi devida, sob a ótica do plano político, basicamente, a três fatores:

- (i) A posição histórica de liderança desempenhada pelo Senador nos governos anteriores, em que era considerado o “Resolvedor da República no Congresso”, sendo líder de todos os governos em que exerceu mandato, que lhe rendeu a alcunha de “Eterno Líder”;
- (ii) Atuação como anteparo das manobras que podiam surgir na Câmara dos Deputados, antecipando atuações de deputados contrárias a nossos pleitos e atuando na defesa de nossos interesses junto aos deputados;

(iii) A capacidade de articulação no seu partido, entre seus pares, especialmente Renan Calheiros e Eunício Oliveira (trio que efetivamente era o dono do PMDB do Senado), e nas demais esferas do Governo; e

(iv) A sua desenvoltura no tratamento com o Poder Executivo, especialmente junto ao Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, tendo sempre voz de relevância junto a este Poder.

Essas características foram essenciais para que o Senador Romero Jucá se qualificasse como o meu contato fundamental para o desenvolvimento de relações institucionais..

No extenso período de sua posição de líder do governo (2006 a 2012), os temas afetos à Odebrecht foram tratados por ele nas diversas discussões técnicas com a Empresa e, sobretudo, na defesa de nossos pleitos perante o Poder Executivo.

O Senador sempre esteve à frente de todas as decisões importantes do Congresso, em especial em temas de referência tributária, em que ele tem grande domínio técnico.

A forma como tratei os temas que relato a seguir era fundamentada em uma certeza: todo apoio desenvolvido pelo Senador, teria, nos momentos de campanha, uma conta a ser paga. As insinuações não deixavam dúvidas de que no momento certo eu seria demandado pelo parlamentar. Salvo alguns casos que serão especificamente apontados adiante, essas demandas sempre ocorriam em períodos eleitorais.

De forma clara e objetiva: eu e o Senador tínhamos a convicção de que os apoios aos pleitos da empresa seriam posteriormente equacionados no valor estabelecido para contribuição a pretexto de campanha eleitoral, fosse ela realizada de forma oficial ou via caixa 2.

Eu solicitava a aprovação das contribuições ao Senador Romero Jucá a Marcelo Odebrecht, ou, a depender do tema tratado, a algum LE. Essas contribuições eleitorais eram medidas, definidas e decididas de acordo com a relevância dos assuntos de nosso interesse que tinham sido defendidos pelo parlamentar.

A natureza do meu relacionamento com o Senador Romero Jucá, fundamentado no apoio aos nossos pleitos e nos pagamentos supostamente destinados para campanhas, me garantiu proximidade ao Senador Romero Jucá, ao ponto de acessá-lo diretamente por telefone ou, mesmo com o gabinete cheio de pessoas aguardando para tratar com o Senador, eu ter a preferência de ser o primeiro a ser recebido.

Eu sempre vi no Senador Romero Jucá a presença intrínseca da figura do Senador Renan Calheiros. Isso significa que eu sabia que os pleitos que eu levava ao Senador Romero Jucá também seriam transmitidos

ao Senador Renan Calheiros e por ele defendidos. Isso bastava para que eu entendesse o recado e visualizasse o tamanho da posição política representada por Romero Jucá. Reforça este entendimento o fato de que seu gabinete sempre esteve repleto de empresas buscando a defesa para seus pleitos.

O fato de o Senador Romero Jucá representar também o Senador Renan Calheiros era tão notório que, em uma oportunidade, procurei tratar com o Senador Renan Calheiros sobre um tema de interesse que já havia tratado antes com o Senador Jucá, e Renan Calheiros me interrompeu logo no início, afirmando já estar ciente e garantindo que eu não me preocupasse.

Além da liderança parlamentar e do fato de ser um efetivo representante do Senador Renan Calheiros, o Senador Romero Jucá desempenha papel de grande relevância internamente no PMDB. Além de já ter ocupado o cargo de Vice-Presidente, é pública a voz-ativa do Senador dentro de seu partido. O Senador Romero Jucá desempenha, assim, função de clara ascendência sobre grande parte de outros políticos do PMDB.

Acredito que, pelo menos no que toca a Odebrecht, nos temas afetos a mim a importância de Romero Jucá no PMDB transcendia a mera liderança política, pois ele concentrava a arrecadação e distribuição dos recursos destinados ao partido. Os relatos abaixo corroboram essa minha visão.

Ao longo dos anos que mantive interlocução com o Senador Romero Jucá, **particpei de pagamentos a ele que hoje superam R\$ 22.000.000,00.** Como tive conhecimento, esses valores eram centralizados no Senador Romero Jucá e posteriormente redistribuído dentro de seu grupo no PMDB. Todos os detalhes referentes a esses pagamentos e das contrapartidas decorrentes deles serão narrados com profundidade em relatos específicos constantes no item 3.

Essa característica sempre foi considerada por mim como ponto de referência na minha relação.

As reuniões que eu realizei com Romero Jucá foram sempre agendadas através da minha secretária, Diva Souza, que marcava com Cristiane, secretária do Senador, através do número de telefone 3303-2111/2119. As reuniões sempre ocorreram no Senado Federal Anexo 2, Ala Senador Afonso Arinos, Gabinete do Senador, em horários variados ao longo do dia.

Em várias reuniões José Filho esteve presente comigo.

As reuniões ocorriam na sala do Senador, sempre em uma mesa grande retangular, que ficava logo na entrada de sua sala. Em algumas oportunidades, eu e José Filho ficávamos esperando o Senador já na sala dele, o que demonstrava uma grande deferência dele à nossa relação e à empresa. Sempre fui às reuniões no carro da empresa (Toyota Corolla cinza – Placas dos carros da empresa: JIZ 0228, PAZ 4158 e PAZ 4159), com meu motorista Carlos Eduardo. Na maioria

	das vezes eu entrava no Senado Federal pelo Anexo II, que dá acesso à biblioteca, sendo possível ver registros de minha entrada ao longo dos anos.
--	--

### 2.3. Meu Relacionamento com Renan Calheiros (Codinome “JUSTIÇA”)

	<p>Conheci Renan Calheiros, atual presidente do Senado Federal, em maio de 2005. A primeira vez que estive com ele foi para solicitar que o Congresso Nacional recebesse o Presidente de Angola, que iria fazer uma viagem ao Brasil. Solicitei audiência com Renan Calheiros, em meu nome, via telefone, por meio de minha secretária. Renan concordou com a ideia de promover a visita, até porque Angola já estava em Paz.</p> <p>Em razão de minha solicitação, o Presidente de Angola foi recebido oficialmente por Renan Calheiros e José Sarney, juntamente com Marcelo Odebrecht e outros executivos.</p> <p>Ao longo dos anos tratei de diversos assuntos diretamente com Renan Calheiros, especialmente sobre a indústria eletrointensiva, como no caso da MP 579/12 que será relatada adiante, no Anexo n. 3.5.</p> <p>Minha relação com ele sempre foi boa e sempre tive acesso para ser recebido pelo Senador quando precisava. Exemplo disso foi a visita de cortesia que Marcelo Odebrecht me solicitou logo após a sua posse como Presidente do Senado. Solicitei via gabinete e foi marcada nos primeiros meses de seu mandato. Consta na agenda oficial da Presidência do Senado uma audiência em meu nome no dia 28.2.2013:</p> <p><i>Claudio Melo Filho, vice-presidente de Relações Político-Institucional da Odebrecht</i>  <i>Quando 28/02/2013 das 11:00 (2013-02-28T11:00:00) até 11:30 (2013-02-28T11:30:00)</i>  <i>Onde Sala de Audiências</i></p> <p>O Senador Renan Calheiros nos recebeu em uma sala de reunião grande, com cadeiras antigas, localizada dentro do próprio gabinete da presidência do Senado Federal.</p> <p>Nos temas afetos aos atos legislativos de que relatei anteriormente, no relato referente ao meu relacionamento com o Senador Romero Jucá, o Senador Renan Calheiros me afirmou que os pleitos levados a Romero Jucá estavam, também, alinhados com ele, Renan Calheiros. Interpretei a sua resposta como a confirmação da parceria que já havia identificado entre Renan Calheiros e Romero Jucá.</p> <p>Em 2010, como consta da planilha entregue pela minha empresa ao Ministério Público, ocorreu uma contribuição financeira a Renan Calheiros, com codinome “justiça”. Apesar de me recordar desse fato e de o meu nome constar na referida planilha, não fui eu quem tratou com o Senador desta contribuição específica. Na planilha consta como</p>
--	--



responsável pelo pagamento Ariel Parente, tendo sido aprovada pelo DS João Pacífico. O valor que consta é de R\$ 500.000,00, realizado da seguinte forma:

Data	Codínome	Valor (R\$)	Responsável
10/08/2010	Justiça	250.000,00	Ariel
10/09/2010	Justiça	250.000,00	Ariel

No ano de 2014, em oportunidade que estava reunido com o Senador Renan Calheiros, na residência oficial do senado, em reunião agendada por Milton Pradines, da equipe de RI da Braskem, tratamos especificamente do tema de renovação dos contratos de fornecimento de energia para empresas eletrointensivas do Nordeste para as plantas industriais. Nessa reunião, fomos recebidos pelo staff da residência oficial que nos direcionou para a sala de visitas. Na entrada tínhamos que dar o nome de todas as pessoas que estavam no carro e que iam participar da reunião, sendo verificada a pertinência da entrada. O Senador, que chegou logo depois, ficou sentado em uma cadeira ao lado das demais pessoas, que ficaram em um sofá encostado na parede.

Em determinado momento da conversa, ele me disse que seu filho seria candidato ao governo de Alagoas e me pediu expressamente, que eu verificasse se a empresa poderia contribuir. Acredito que o pedido de pagamento de campanha a seu filho ao governo do Estado de Alagoas, justamente no momento em que se apresentavam os aspectos técnicos relevantes, era uma contrapartida para o forte apoio dado à renovação dos contratos de energia, inclusive publicamente, e que culminou na edição da MP n. 677/15. Entendi, na oportunidade, que esses pagamentos, caso não fossem realizados, poderiam vir a prejudicar a empresa de alguma forma.

Durante o trâmite da Medida Provisória, estive mais uma vez com o Senador para reforçar a importância do tema para a empresa. O encontro também se deu na residência oficial, em que fomos recebidos pelo staff e encaminhados para uma sala logo na entrada, ao lado direito da porta principal, que parece a um escritório. Depois de uns 20 minutos o Senador apareceu.

Soube posteriormente que foram doados oficialmente R\$ 320 mil a pretexto de campanha, sendo R\$ 200 mil para a candidatura direta e R\$ 120 mil através do diretório estadual do PMDB/AL e depois repassado para a campanha da candidatura, conforme tabela abaixo.

Doador	Doador r Origin ário	Data	Nº Recibo Eleitoral	Valor R\$	Nome do Candidato
BRAS KEM		20/0 8/14	00015030 0000AL0	R\$200.0 00,00	JOSE RENAN VASCONCEL

S/A			00030		OS CALHEIROS FILHO
Direção Estadual/Distrital	BRASKEM S/A	25/08/14	00015030 0000AL000056	R\$20.000,00	JOSE RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Direção Estadual/Distrital	BRASKEM S/A	25/08/14	00015030 0000AL000053	R\$100.000,00	JOSE RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO

No mesmo período, falei também diretamente com João Pacífico que me disse que este assunto já estaria resolvido, pois ele teria interesse direto por ter a obra do canal do sertão alagoano, naquele estado. Depois eu fui informado que haviam sido doados R\$ 1,2 milhão a título de campanha.

Doador	Doador	Data	Nº Recibo Eleitoral	Valor R\$	Nome do Candidato
Direção Estadual/Distrital	CNO	23/09/14	00015030 0000AL000076	R\$829.212,00	JOSE RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Direção Nacional	CNO	15/09/14	P1500032 7855AL000043	R\$1.200.000,00	Direção Estadual/Distrital

Minha ação foi de transmitir e apoiar internamente o pedido feito pelo Senador Renan Calheiros, porque era do meu interesse atendê-lo, tendo em vista que a minha empresa tinha agenda institucional permanente no Senado Federal.

Além disso, a Odebrecht sempre ajudou Renan Calheiros, de forma indireta, através de Romero Jucá. Como será relatado em anexos específicos abaixo, participei da realização de pagamentos de campanha ao grupo político do Senador Renan Calheiros que giram em torno de R\$ 22 milhões de reais. Em todas essas ocasiões que envolveram a atuação de Romero Jucá em defesa de pleitos da

	<p>empresa, o Senador Renan Calheiros também atuou no mesmo sentido. Deixarei isso bastante claro adiante.</p> <p>As reuniões, quando solicitadas por mim, eram marcadas através de minha secretária Diva Souza, que tratava com Dilene, no telefone (61) 3303-2018 e (61) 9309-4966.</p> <p>Como anteriormente dito, sempre utilizava o carro da empresa (Toyota Corolla cinza – Placas dos carros da empresa: JIZ 0228, PAZ 4158 e PAZ 4159) para os deslocamentos, que era conduzido por meu motorista Carlos Eduardo.</p>
--	---

#### **2.4. Meu relacionamento com Geddel Vieira Lima (Codinome “BABEL”). Pagamentos realizados em 2006, 2008, 2010 e 2014**

	<p>Minha relação com Geddel Vieira Lima vem da amizade dele com meu pai. Em 2004, após a doença de meu pai, nossas relações se aproximaram mais, quando assumi em Brasília a função de Diretor de Relações Institucionais.</p> <p>Como narrarei abaixo, desde o ano de 2006 até o ano de 2014 participei dos pagamentos que foram realizados a Geddel Vieira Lima. Eu era o principal elo de comunicação entre Geddel e a Odebrecht.</p> <p>Eu e Geddel nos falávamos com muita constância, seja para tratar de assuntos da empresa, seja para tratar de assuntos pessoais, pois criamos uma relação muito próxima.</p> <p>Com relação aos assuntos da empresa, transmitia a ele pleitos de interesse sem constrangimentos, pois o relacionamento de Geddel, tanto comigo, como com a empresa, sempre foi sólido e fundamentado em uma certeza: a sua dedicação a nossos pleitos sempre era retribuído com pagamentos, especialmente em momentos de campanha eleitoral, mas não apenas nesse momento. A relação criada com Geddel não se resumia a apoios financeiros em períodos eleitorais. Era muito mais forte do que isso. Geddel recebia pagamentos qualificados em períodos eleitorais e em períodos não eleitorais. E fazia isso oferecendo contrapartidas claras, conforme ficará claro no ponto do relato que trata das exigências feitas por Geddel para destravar pagamentos retidos no âmbito do Ministério da Integração Nacional.</p> <p>Para mostrar quão próxima era minha relação com Geddel, somente em 2014, eu fiz 117 ligações telefônicas diretamente a ele, desconsiderando as ligações recebidas. Nós possuímos casas próximas em condomínio residencial no litoral norte da Bahia. Costumeiramente conversávamos em nossas casas e caminhávamos pela manhã pelo condomínio, momento em que conversávamos sobre temas diversos, inclusive os aqui relatados. Nossa relação era notória entre as pessoas da nossa convivência. Os caseiros das nossas casas no litoral são irmãos. Por isso, era comum que eles nos avisassem mutuamente da nossa presença no condomínio e de convites para visitas casuais. Ambos são boas testemunhas de comprovação a respeito da densidade</p>
--	--

	<p>da minha relação com Geddel.</p> <p>Enquanto Geddel era Deputado Federal, por várias vezes frequentei o gabinete dele (número 612 do Anexo IV da Câmara dos Deputados), além de termos, por algumas vezes, almoçado juntos em restaurantes de Brasília, como Lake's, Piantella e Rubayat.</p> <p>Da mesma forma, enquanto ele era Ministro da Integração, como citado abaixo, fui recebido no Ministério por esse agente político. Ele me recebia em seu próprio gabinete, ou em uma sala de reunião que ficava contígua à sala do Ministro.</p> <p>Em algumas vezes em que a audiência atrasava, o assessor do Ministro, José Carlos, sempre tinha atenção em me acompanhar na sala de espera, sem participar das reuniões.</p> <p>Na maioria das vezes em que nos encontramos, marcamos os encontros através de ligações telefônicas ou mensagens trocadas diretamente, através dos números (61) 8565-5612, (71) 99627-3984 e (71) 98818-0515. Na época em que Geddel Vieira Lima era deputado federal, as marcações também se davam através de minha secretária, Diva de Souza, que se comunicava com Vera, secretária do gabinete do Deputado, por meio dos números de telefone (61) 3215-5612 e (61)98405-9090.</p> <p>Na ocasião do aniversário de 50 anos de Geddel Vieira Lima, em março de 2009, demos, em nome da Odebrecht, um presente relevante a ele. Compramos um relógio Patek-Philippe, modelo Calatrava, que foi enviado juntamente com um cartão assinado por Emílio Odebrecht, Marcelo Odebrecht e eu. A compra se deu na loja Griffith em São Paulo e foi efetivada pelo escritório de Brasília. Estamos tentando providenciar a Nota Fiscal da compra. Segundo apurado na internet, o valor estimado hoje do modelo do relógio está em torno de US\$ 25.000,00. Há diferentes cores do relógio, e, por não ter visto pessoalmente o relógio, não trago a foto do modelo.</p> <p>Através dele, me aproximei mais de Moreira Franco (apesar do parentesco distante) e Eliseu Padilha, que compunham o núcleo político do PMDB liderado pelo Presidente Michel Temer, como retratei no Anexo 2.1. Em outras palavras, a confiança que Geddel Vieira Lima depositava na interlocução comigo teve papel fundamental para estreitar a minha relação com Moreira Franco e Eliseu Padilha, que passaram a me enxergar como um importante interlocutor com a Odebrecht, o que permitiria a eles obter mais recursos financeiros.</p> <p>A força política de Geddel Vieira Lima sempre foi manifestada de maneira mais forte no Estado da Bahia. Eu o considerava um político local. De temperamento duro e arredo, mas com grande capacidade de percepção e raciocínio, conseguiu se manter vivo e atuante durante todo o período do Carlismo, do qual ele era considerado o inimigo numero 1.</p> <p>A sua aliança política com o candidato Jacques Wagner, no pleito de 2006, catapultou Geddel para o plano nacional. Tornou-se ministro e</p>
--	---

começou a exercer ainda mais força na Bahia, fortalecendo o PMDB local, tendo eleito seu irmão Lúcio Vieira Lima Deputado Federal e se preparando para saltos maiores. Também em Brasília, continuou com sua cadeira cativa no PMDB Nacional.

Traduzindo esta força, lançou-se candidato na Bahia ao governo do estado em 2010 rompendo de forma violenta com o então governador e também com o governo federal. Mesmo com essa atitude, não perdeu o seu espaço no PMDB e, especialmente, junto a Michel Temer, de quem sempre foi muito próximo e integrante de seu núcleo duro, desde os tempos dele como presidente da Câmara de Deputados. Como já afirmei, esse núcleo era formado, além de Geddel, por Wellington Moreira Franco e Eliseu Padilha. Visualizei em Geddel, assim, outro importante canal de comunicação para acessar as lideranças do PMDB.

Em 2014, Geddel se colocava como candidato desde o início do ano, no intuito de anular Paulo Souto (DEM) e trazê-lo, junto com ACM Neto, para sua base de apoio.

Quando Paulo Souto decidiu ser candidato, contrariando o desejo de Geddel ser o candidato da oposição, fato que o excluiria do certame, Geddel recorreu a mim, para que usasse a força da empresa no sentido de reverter essa decisão. Apesar dos esforços que foram feitos, Geddel acabou recuando e foi candidato ao Senado na chapa de Paulo Souto.

Apesar dos pagamentos frequentes, Geddel sempre me disse que poderíamos ser mais generosos com ele. Ele insistentemente alegava que nunca efetivamente demos a ele o que ele acreditava representar. Geddel sempre me dizia que se considerava um “amigo da empresa” e que isso precisava ser mais bem refletido financeiramente. Ele se comparava com outros políticos adversários do Estado, como Jacques Wagner e Paulo Souto, e reclamava por achar que estes recebiam pagamentos mais elevados do que ele.

Sempre me considerei próximo de Geddel e usava isso para me qualificar juntos aos políticos a ele vinculados – especificamente Eliseu Padilha, Moreira Franco e Michel Temer. Por outro lado, eu defendia vigorosamente as suas solicitações de pagamento junto à Odebrecht, como retribuição.

Eu fazia isso principalmente por acreditar que ele poderia em algum momento vir a ser governador. Acredito que, quando foi ministro da Integração e perdemos a concorrência para o lote na transposição do Rio São Francisco, ele poderia ter nos dado mais atenção, pois chegamos a pedir uma reavaliação administrativa. Contudo, apesar de tê-lo avisado e pedido uma atenção especial para o tema, ele preferiu nada fazer. Utilizamos a negativa de apoio dele em nosso favor. Isso porque, em troca da postura da empresa de não questionar judicialmente a decisão administrativa dele, o DS e o DC responsáveis me pediram que levasse a Geddel demanda de projetos já em curso atrelados a verbas cuja liberação passava pelo Ministério da Integração, conforme relato mais a frente.

Como eu era o principal contato de Geddel dentro da empresa, também tratei, ao longo dos anos, de assuntos referentes a pagamentos a pretexto de campanha eleitoral, os quais passo agora a narrar:

No ano de 2006, a pedido de Geddel, foram realizados pagamentos por meio de contribuições oficiais e também pagamentos não declarados via Caixa 2. Os pagamentos realizados em 2006 atingiram a monta de R\$ 1.000.000,00 aproximadamente.

Em 2008, quando Geddel era Ministro da Integração, a pedido do DS João Pacífico, solicitei uma reunião com ele e o DC Ariel Parente, que apresentou a obra Tabuleiros Litorâneos e solicitou, com a minha presença, a liberação de recursos para a obra. O Ministro ouviu o pleito e disse que iria encaminhar o assunto. Assim, em razão do meu pedido e esperando contrapartida financeira, Geddel determinou que os pagamentos por parte do Ministério da Integração ocorressem efetivamente para quitação de faturas dos serviços realizados. Não precisei pressionar Geddel para que os pagamentos ocorressem, pois ele receberia uma contrapartida financeira assim que as faturas fossem quitadas, o que por si só já o motivava.

Posteriormente, fui informado pelo DS João Pacífico de que seria possível o pagamento no valor equivalente a 3% (três por cento) dos valores repassados pelo Ministério da Integração para a obra Tabuleiros Litorâneos. Transmiti isso a Geddel, que concordou com a oferta e liberou os pagamentos pendentes em nosso favor.

Valendo-se do pleito que havia solucionado, durante a campanha de 2008 para a prefeitura de Salvador, o Ministro Geddel Vieira Lima me solicitou nova ajuda financeira. Falei com o DS João Pacífico que autorizou que os pagamentos fossem feitos. Cheguei a comentar com João Pacífico que, se a contribuição não fosse feita, poderia prejudicar a liberação dos recursos da obra, que ainda poderiam ocorrer. Repassei as informações sobre os pagamentos para o então ministro.

Na mesma época, existiam outros temas de interesse da Odebrecht, à época liderados por João Pacífico no Município de Salvador, politicamente ligados ao grupo partidário de Geddel Vieira Lima. Existiam especificamente contratos celebrados com o Município de Salvador. Assim como ocorreu com o caso da obra de Tabuleiros Litorâneos, também participei de reuniões com Geddel Vieira Lima a respeito especificamente do contrato denominado TMS, atrelado à prefeitura de Salvador/BA.

A pedido de Geddel, recomendei a João Pacífico que realizasse pagamento a este agente político no período em que ocorria a disputa para a Prefeitura de Salvador/BA (nesse caso Geddel apoiava o então prefeito João Henrique). Não tenho dado de comprovação sobre esse tema, mas é possível que o DS João Pacífico os possua.

Durante a disputa de Geddel Vieira Lima ao cargo de Governador da Bahia na campanha de 2010, a pedido de Geddel, solicitei e ocorreu um pagamento entre R\$ 1,0 e 1,5 milhão em 2010. O valor foi autorizado e repassado a ele em Salvador pela Área de Operações

Estruturadas, conforme descrito na planilha:

<b>Data</b>	<b>Codiname</b>	<b>Nome</b>	<b>Valor</b>
12/08/2010	BABEL	GEDDEL VIEIRA LIMA	500.000,00
16/09/2010	BABEL	GEDDEL VIEIRA LIMA	500.000,00
16/09/2010	BABEL	GEDDEL VIEIRA LIMA	500.000,00
30/09/2010	BABEL	GEDDEL VIEIRA LIMA	500.000,00
30/09/2010	BABEL	GEDDEL VIEIRA LIMA	500.000,00

Além desses pagamentos, houve contribuições oficiais que apresento abaixo:

<b>Doador Originário</b>	<b>Doações - Campanha de Geddel Vieira Lima 2010</b>		
Braskem	16/08/10	R\$340.000,00	Comitê Financeiro Único
Braskem	15/09/10	R\$340.000,00	Comitê Financeiro Único

Em 2014, Geddel solicitou novamente a realização de pagamentos e, nesta oportunidade, sugeri a Marcelo Odebrecht a aprovação, o que foi feito de forma oficial, na seguinte forma:

<b>Doador Originário</b>	<b>Doações - Campanha de Geddel Vieira Lima 2014</b>		
C N O	26/08/14	R\$1.100.000,00	Direção Estadual/Distrital
C N O	02/10/14	R\$600.000,00	Direção Estadual/Distrital

Adicionalmente, foi feito a Geddel o seguinte pagamento a pretexto de contribuição de campanha:

<b>Doador</b>	<b>Data</b>	<b>N° Recibo Eleitoral</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>N° Documento</b>
BRASKE M S/A	26/09/14	P150002000 00BR000285	R\$1.000.000,0 0	97789

	<p>Durante os anos de 2011 e 2014, muito em razão da sua derrota na disputa ao Governo da Bahia em 2010, Geddel viveu período em que a sua relevância política se viu bastante diminuída. Justamente por isso, a ida de Geddel a uma das diretorias da CEF no início de 2011, segundo penso, acabou sendo a forma que ele encontrou de poder continuar tendo alguma influência em assuntos de relevo.</p> <p>Em algumas oportunidades, na qualidade de vice-presidente de uma das diretorias da CEF, Geddel chegou a me procurar dizendo que estava ajudando a Odebrecht dentro do banco. Eu li esse comentário como a sinalização de um crédito de capital político para ser usado em futuras solicitações de pagamentos a pretexto de campanha que poderiam ser feitas. Não tenho como dar detalhes sobre o período que Geddel estava vinculado à CEF, pois este órgão não estava afeto à minha área de atuação na Odebrecht e, portanto, não interagi com Geddel a respeito de temas afetos à CEF.</p>
--	---

## 2.5. Meu Relacionamento com Eliseu Padilha (Codinome “PRIMO”)

	<p>Sempre soube que Eliseu Padilha representava a figura política de Michel Temer. Tive isso presente durante as tratativas e pleitos de interesse da Odebrecht, que estão descritos com detalhes no Anexo n. 4.1, especificamente sobre o jantar ocorrido no Palácio do Jaburu com Michel Temer e o pedido feito enquanto Ministro da Aviação Civil. Além desses fatos, tratei com Eliseu Padilha sobre os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Aeroporto de Goiânia – Quando tínhamos finalizado o prédio do aeroporto e não havia a pista, fui a ele, então ministro da Secretaria de Aviação Civil, expondo o desconforto da empresa para que não houvesse a inauguração sem que os serviços estivessem terminados. Meu pedido não foi atendido e ocorreu a inauguração sem a pista de pouso estar concluída, por mais absurdo que pareça.</li> <li>(ii) Energia para a Petroquímica – Pontuei em mais de uma oportunidade a questão sobre o enorme prejuízo que o setor poderia sofrer, por conta da crise energética que estava presente, especificamente me referindo ao Polo de Triunfo/RS.</li> <li>(iii) Política na Bahia – Conversamos algumas vezes durante as campanhas de 2010 e 2014 sobre a situação política na Bahia e as pretensões de Geddel Vieira Lima, em função do relacionamento que ambos tínhamos com Geddel Vieira Lima.</li> <li>(iv) Escritório de advocacia localizado na Rua Siqueira Campos,</li> </ul>
--	--



1184, Centro Histórico – Porto Alegre/RS – Eliseu Padilha é dono de escritório em Porto Alegre/RS. Após sua inauguração e durante o período em que ele não exercia cargo publico, me solicitou que indicasse seu escritório internamente na Odebrecht. Fiz a indicação internamente na empresa. Esse escritório, inclusive, foi o local de entrega de pagamento a título de contribuição conforme me foi informado por José Filho.

Por ter conhecimento da relevância política de Eliseu Padilha e da sua relação de extrema proximidade com Michel Temer, busquei meu próprio espaço junto a ele. José Carvalho Filho me apresentou a Eliseu Padilha, mas a confiança somente foi atingida quando ele percebeu que havia uma relação de amizade que envolvia seus parceiros Geddel Vieira Lima e Wellington Moreira Franco, núcleo duro do grupo político liderado por Michel Temer dentro do PMDB. Ficou claro para ele que através da minha interlocução ele poderia chegar a Marcelo Odebrecht.

No tema do jantar, que relato no Anexo n. 4.1, foi ele o representante escolhido por Michel Temer – fato que demonstrava a confiança entre os dois –, que recebeu e endereçou os pagamentos realizados a pretexto de campanha solicitadas por Michel Temer. Este fato deixa claro seu peso político, principalmente quando observado pela ótica do valor do pagamento realizado, na ordem de R\$ 4 milhões de reais.

Acredito que ele atuava na coordenação do direcionamento dos recursos, pelo menos no que tange a Odebrecht, que eram repassados ao grupo que ele representava dentro do PMDB.

No período em que estive sem mandato, foi contemplado para a presidência do Instituto Ulisses Guimarães. Me encontrava com Padilha na sede do Instituto. Outras vezes ele ia ao nosso escritório em Brasília. Alimentei esse relacionamento, pois acreditava na sua ascendência junto ao grupo político do PMDB que ele representa.

Isso se confirmou na campanha de 2014, já que ele “coordenou” parte da arrecadação das contribuições de campanha que o PMDB recebeu naquele ano da Odebrecht.

Como já citado acima, as reuniões ocorriam na SAC, no Setor Comercial Sul (SCS), Bloco B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 5º e 6º Andares. Alguns encontros também se realizaram na sede da Fundação Ulysses Guimarães, localizada no Anexo I, 26º Andar, Sala 2601, da Câmara dos Deputados. Esses encontros ocorreram à época de sua gestão como presidente da fundação.

Os agendamentos de reuniões eram feitos por minha secretária Diva Souza com a secretária de Eliseu Padilha, Estér, através dos telefones (61) 3311-7396/7195. Saliento que por algumas vezes as reuniões eram marcadas diretamente por Paulo Cesena ou Luiz Rocha,

	<p>responsável pelo aeroporto do Galeão, e eu os acompanhava. Em todas as vezes meu motorista Carlos Eduardo me levou no carro da empresa (Toyota Corolla cinza – Placas dos carros da empresa: JIZ 0228, PAZ 4158 e PAZ 4159).</p> <p>Em algumas oportunidades, recebi e fiz ligações telefônicas e trocas de mensagens com o agente político, no telefone (61) 99943-0137.</p> <p>Lembro-me de que, no segundo semestre do ano de 2015, tomei um café da manhã no Hotel Royal Tulip com Eliseu Padilha, a seu pedido. Padilha queria que eu transmitisse uma palavra de solidariedade em nome dele para a empresa em razão do problema vivido pela empresa e por Marcelo Odebrecht.</p>
--	---

## 2.6. Meu Relacionamento com Moreira Franco (Codinome “ANGORÁ”)

	<p>Eu conheço Wellington Moreira Franco há muitos anos, pois possuo parentesco distante com ele. Figura expoente do PMDB, esteve presente em vários momentos importantes do país. Tenho uma relação pessoal com Moreira Franco e a utilizei nos momentos que precisei. De forma constante, nos reunimos profissionalmente e também por amizade. Moreira Franco possui aproximação qualificada com Michel Temer e isso foi relevante para meu relacionamento com ele. Posso afirmar isso, conforme segue abaixo:</p> <p>Em determinado momento, acredito que no ano de 2011, mas não posso precisar a data, Marcelo Odebrecht me pediu que transmitisse um recado para Michel Temer. O recado foi que ele teria tido uma reunião com Maria das Graças Foster e ela teria perguntado expressamente a Marcelo Odebrecht quais pessoas do PMDB ele teria ajudado financeiramente na campanha eleitoral de 2010. Marcelo me disse que não respondeu a pergunta de Graça Foster, pois “não dizia respeito a ela a relação dele com o PMDB”. Marcelo me pediu pressa na transmissão do recado.</p> <p>Sabendo da relação que ele mantinha com Michel Temer, procurei Moreira Franco e contei a ele o relato de Marcelo e, percebendo que era importante para Marcelo Odebrecht, pedi que ele transmitisse o quanto antes para Michel Temer.</p> <p>Pouco tempo depois, Moreira Franco me ligou e marcou um encontro no Palácio do Jaburu e me pediu que transmitisse pessoalmente a Michel Temer o que havia dito a ele. Na presença de Michel Temer e Moreira, relatei o recado enviado por Marcelo Odebrecht. Não percebi maiores preocupações, mas não posso dizer se ficou tranquilo. Esse evento deixa clara a confiança entre ambos e novamente me credenciei para usar desta amizade se viesse a precisar.</p> <p>Em algumas oportunidades me reuni com Moreira Franco para tratar sobre temas afetos à aviação civil:</p> <p>(i) Levei a ele a demanda da Odebrecht para que fosse mantido o modelo de concessões de aeroportos, que inibia o monopólio. Apesar de muita pressão, o modelo de</p>
--	--

	<p>concessões não foi alterado;</p> <p>(ii) Levei a ele nova demanda da Odebrecht que tratava sobre a qualificação das operadoras pretendentes, mais especificamente no que tange à importância da manutenção da necessidade de experiência anterior com determinado fluxo de passageiros. Apesar de nosso pedido, o modelo foi mantido, com o relaxamento das exigências de qualificação das operadoras pretendentes como condição para a participação no certame;</p> <p>(iii) Em nova oportunidade, Moreira Franco fez muita pressão para que a Odebrecht assumisse o aeroporto antes do prazo contratual. Certamente essa pressão era para evitar que a SAC e o Ministro levassem a culpa por possíveis problemas que surgissem durante a Copa de 2014. Não cedemos, apesar de tudo, pois tínhamos convicção que sairíamos prejudicados;</p> <p>(iv) Em outro momento, Moreira Franco pressionou a mim e a Paulo Cesena, para que o Galeão escolhesse o operador do Free Shop. Não disse a razão, mas insistia bastante. Ao que me consta o processo de escolha se deu por concorrência;</p> <p>(v) Também foi com Moreira Franco que retomamos a discussão jurídica do aeroporto de Goiânia, sendo ele o catalizador do acordo assinado entre as partes. Não participei deste fato, mas a primeira reunião sobre o tema foi solicitada por mim e liderada pelo DS responsável pelo assunto. Essa reunião ocorreu a pedido de João Pacífico e foi marcada por minha secretária, Diva de Souza, com possivelmente, Lúcia/Marcela, através do telefone (61) 3311-7195. Esta reunião ocorreu no Centro Cultural do Banco do Brasil, localizado no Setor de Clubes Sul, Trecho 2, Lote 22, Portaria 1, 1º Andar; e</p> <p>(vi) Em outra oportunidade levei a ele o tema do novo aeroporto de São Paulo (NASP), cuja implementação, se ocorresse, poderia prejudicar a concessão do Galeão. Houve pressões por todos os lados e tivemos a percepção que Moreira Franco jogou com isso e deixou que o fato fosse resolvido pelo andar do tempo, de forma que ele saísse bem com todos os envolvidos. Tive a percepção clara que havia outros interesses de terceiros envolvidos.</p> <p>À exceção da reunião que foi realizada no CCBB, todas as demais reuniões realizadas com Moreira Franco ocorreram no Setor Comercial Sul (SCS), Bloco B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 5º e 6º Andares, local para onde foi a SAC.</p> <p>Os agendamentos de reuniões eram feitos por minha secretária Diva</p>
--	---

	<p>Souza com a secretária de Moreira Franco, Lúcia/Marcela, através dos telefones (61) 3311-7396/7195. Saliento que por algumas vezes as reuniões eram marcadas diretamente por Paulo Cesena ou Luiz Rocha e eu os acompanhava. Em todas as vezes meu motorista Carlos Eduardo me levou no carro da empresa (Toyota Corolla cinza – Placas dos carros da empresa: JIZ 0228, PAZ 4158 e PAZ 4159).</p> <p>De fato, Moreira Franco é um político habilidoso e se movimenta muito bem nas ações com seus pares.</p> <p>Acredito que há uma interação orquestrada entre ele e Eliseu Padilha para captação de recursos para o seu grupo do PMDB, pois Moreira Franco me solicitou um apoio de contribuição financeira (relatada no Anexo Legislativo n. 4.1), mas transferiu a responsabilidade pelo recebimento do apoio financeiro para Eliseu Padilha.</p>
--	---

## 2.7. Meu relacionamento com Michel Temer

	<p>Como já ficou esclarecido pelos relatos anteriores, eu tinha um relacionamento próximo com o núcleo político de Michel Temer, valendo-me principalmente de Eliseu Padilha e Moreira Franco para transmitir os pleitos da empresa a Michel Temer.</p> <p>Tratei poucas vezes diretamente com Michel Temer, a quem fui apresentado por Geddel Vieira Lima, em agosto de 2005 em um jantar na casa de meu pai.</p> <p>Em 2011, Marcelo Odebrecht e eu fizemos uma visita de cortesia a Michel Temer por ter se tornado Vice-Presidente da República. Essa reunião foi solicitada oficialmente por minha secretária, Diva de Souza, ao gabinete do então Vice-Presidente da República. Nessa visita estava presente Moreira Franco, que à época era Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Esse fato consta na agenda oficial da Vice-Presidência da República:</p> <p><i>Presidência da República</i>  <b>AGENDA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>  <i>Segunda-Feira</i>  <i>27 de junho de 2011</i>  <i>17h30 Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco; Marcelo Odebrecht, Diretor-Presidente da Odebrecht; e Cláudio Melo, Vice-Presidente da Odebrecht Gabinete do Vice-Presidente da República</i>  (disponível em: <a href="http://www2.planalto.gov.br/vice-presidencia/vice-presidente/agendas/agenda-do-vice-presidente/2011-06-27">http://www2.planalto.gov.br/vice-presidencia/vice-presidente/agendas/agenda-do-vice-presidente/2011-06-27</a>)</p> <p>Como relatarei com detalhes no Anexo n. 4.1, estive com Michel Temer em um jantar no Jaburu, oportunidade em que ele solicitou a Marcelo Odebrecht pagamento ao PMDB. Esses pagamentos, no valor</p>
--	--

	<p>de R\$ 4 milhões, foram realizados via Eliseu Padilha, preposto de Temer, sendo que um dos endereços de entrega foi o escritório de advocacia do Sr. José Yunes, hoje Assessor Especial da Presidência da República.</p> <p>Como já mencionei, estive com Michel Temer, também, para transmitir a ele um recado pedido de Marcelo Odebrecht. O recado era relatar a pergunta que Graça Foster, então presidente da Petrobrás, fez a Marcelo sobre a existência de pagamentos da empresa a nomes do PMDB para durante a campanha eleitoral de 2010, conforme já detalhado no relato n. 2.5.</p> <p>Resumindo, para fazer chegar a Michel Temer os meus pleitos, eu me valia de Eliseu Padilha ou Moreira Franco, que o representavam. Essa era uma via de mão dupla, pois o atual Presidente da República também utilizava seus prepostos para atingir interesses pessoais, como no caso dos pagamentos que participei, operacionalizado via Eliseu Padilha.</p>
--	--

## 2.8. Meu Relacionamento com Eduardo Cunha (Codinome “CARANGUEJO”)

	<p>Minha primeira interação com o Deputado Eduardo Cunha foi por solicitação de Henrique Valladares, o DS energia, quando de sua vinda a Brasília para acompanhar uma audiência pública na comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, cujo tema era o processo licitatório das Usinas do Madeira, mais especificamente a UHE de Jirau. Imagino que esse evento deva ter ocorrido entre 2007 e 2008.</p> <p>Henrique Valladares, que tinha relação próxima com o parlamentar, já havia combinado com o Deputado Eduardo Cunha que o mesmo daria apoio a ele e à equipe dele na defesa dos interesses da área de energia nesta audiência pública.</p> <p>Em 2010, pela importância política que o então deputado possuía, a empresa aprovou o valor estimado de R\$ 7.000.000,00. Esses valores constam expressamente nas planilhas como supostamente destinados à campanha eleitoral, identificado pela expressão “CP-Braskem” e também a Benedicto Junior.</p> <p>Me recordo que Henrique Valladares também me solicitou que transmitisse informações de pagamentos a este parlamentar que eram de compromissos dele, relativos a área de Energia.</p> <p>Ainda assim, eu não fui o responsável pelo recebimento das solicitações dos pagamentos que constam nas planilhas com a vinculação ao nome Caranguejo, que era o codinome utilizado para Eduardo Cunha. Certamente eu entreguei algumas vezes senhas a Eduardo Cunha quando solicitado pela área de operações estruturadas, mas o pedido de pagamentos não foi endereçado por Eduardo Cunha a mim. Abaixo estão as datas e os valores contidos na planilha que estão</p>
--	---

vinculados a meu nome:

DATA	CODINOME	NOME	VALOR (R\$)
30/07/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000
03/09/2010	Caranguejo	E. Cunha	1.000.000
03/09/2010	Caranguejo	E. Cunha	1.000.000
03/09/2010	Caranguejo	E. Cunha	1.000.000
03/09/2010	Caranguejo	E. Cunha	1.000.000
09/09/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000
09/09/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000
24/09/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000
01/10/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000
08/10/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000
29/07/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000
25/08/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000
31/08/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000
08/09/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000
10/09/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000
28/09/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000
29/09/2010	Caranguejo	E. Cunha	500.000

Nas vezes em que me reuni com Deputado Eduardo Cunha sobre assuntos legislativos de interesse da empresa, sabia que os pagamentos feitos me creditavam uma situação confortável e que seriam um elemento de atendimento as questões da Odebrecht, utilizei portanto esta força.

Nas vezes em que conversava com o deputado sobre temas da empresa, era sempre atendido com presteza e educação. As reuniões se deram no gabinete da liderança do PMDB, que fica em frente ao Salão Verde, em uma sala no final do corredor das lideranças. Em algumas vezes fiquei esperando em uma sala de reunião ao lado da sala da liderança e o deputado me atendia lá quando tinha gente em sua própria sala. Entendi que essa era uma forma de reconhecimento pela relação deste com a Odebrecht, pois ele sabia que receberia pagamentos a pretexto de contribuição de campanha. Não me considero o ponto de referência dentro da empresa de Eduardo Cunha, principalmente em razão da minha opção de tratar dos pleitos via Senado Federal.

Estive com Eduardo Cunha em outra oportunidade, para tratar da Medida Provisória n. 627/13, que será relatada em detalhes no Anexo n. 3.7.

## 2.9. Meu Relacionamento com Jaques Wagner (Codinome “POLO”)

Conheço Jacques Wagner desde o início do ano de 2006, tendo sido apresentado ao mesmo por um amigo familiar em comum. Nos anos de 2006 a 2010, fui eu quem, a pedido do agente político, viabilizei internamente contato de Jacques Wagner com a companhia para possibilitar contribuições a pretexto de campanha. Eu sempre fui o principal defensor de Jacques Wagner dentro da Odebrecht.

A imagem de Jacques Wagner, dentro da companhia, despertava inicialmente certa desconfiança, pois a opinião sobre o êxito de sua carreira política não era unânime, mas eu pessoalmente sempre acreditei, sendo isso fundamental para que a companhia apoiasse a sua primeira candidatura.

Sabendo da minha relação com Jacques Wagner, ao longo dos anos alguns executivos da Companhia solicitaram meu apoio junto a ele, para possibilitar reuniões e o consequente desenvolvimento de suas respectivas agendas institucionais.

Eu me comunicava diretamente com Jacques Wagner, por meio de ligações telefônicas e mensagens de texto. O telefone que tenho é (61) 99551-6033. Nas oportunidades em que ele era governador do Estado, minha secretária se comunicava com a Sra. Vera, secretária da governadoria, através dos telefones (71) 3115-9456/9446.

Por algumas vezes, já na condição de Ministro, o ponto de contato era Sônia, que trabalhava em Brasília, na representação do governo da Bahia no Distrito Federal e que acompanhou o Ministro como sua assessora nas duas pastas que ele ocupou, através dos telefones (61) 3411-1410/1411 ou (61) 99202-8788.

#### **Evento 1 – Pagamento em 2006:**

Como já mencionado, Jacques Wagner lançou-se candidato ao Governo do estado da Bahia no ano de 2006, razão pela qual me chamou e solicitou encontro com Marcelo Odebrecht. Durante almoço marcado por mim no restaurante Convento localizado na Casa da Itália no eixinho sul, em Brasília, Jacques Wagner solicitou apoio financeiro e Marcelo concordou, embora tenha demonstrado incômodo por não acreditar no sucesso de sua candidatura. Esta ajuda financeira foi direcionada por Marcelo Odebrecht para o DS Bahia à época, Alexandre Barradas. Acredito que tenham ocorrido pagamentos de até R\$ 3.000.000,00 de forma oficial e via Caixa 2. O meu apoio interno foi essencial para que esse pagamento ocorresse.

A partir da entrada de Jacques Wagner no cargo de governador da Bahia, encaminhei junto a ele três temas de grande interesse da companhia no Estado da Bahia que, se destravados, poderiam gerar investimentos importantes. Eram eles: (i) créditos de ICMS que estavam pendentes de devolução por parte do Estado desde o início da construção do polo petroquímico de Camaçari; (ii) litígio judicial envolvendo fornecimento de gás para o polo petroquímico e (iii) pagamento das indenizações decorrentes da “cláusula quarta” de acordo coletivo do polo petroquímico que estavam pendentes de

juízo definitivo por parte do STF.

O caso do crédito de ICMS foi tratado por mim com Jacques Wagner. Resolveu-se com a definição de que o estado devolveria nosso crédito, desde que investíssemos o mesmo valor no Polo de Camaçari. No final do ano de 2010 o acordo que permitiu a monetarização dos créditos foi celebrado. Nos anos subsequentes foram parcialmente recebidos os créditos e realizados os investimentos solicitados, sendo acompanhado tecnicamente, a partir do ano de 2011, pela empresa.

A questão da Cláusula Quarta era um litígio trabalhista com o sindicato da indústria química e houve uma solicitação do governador Jacques Wagner para que pagássemos esta conta, pois ele havia sido presidente do sindicato. O pedido de Jacques Wagner foi atendido.

Os temas relatados acima têm correlação entre si, pois foram levados ao mesmo tempo. Ou seja, de um lado solucionou-se o problema dos créditos de ICMS e, de outro, encaminhou-se o pagamento da dívida trabalhista. Essa operação gerou dividendos políticos para Jacques Wagner.

Tratei, ainda, com Jacques Wagner a respeito de um terceiro tema, relativo a relevante litígio judicial sobre Bahia Gás. O tema foi o único tratado por mim com Jacques Wagner que efetivamente ainda não teve solução, estando agora em disputa perante o Poder Judiciário.

#### **Evento 2 – Pagamentos em 2010:**

A atenção demonstrada por Jacques Wagner aos temas que eram de interesse da Odebrecht reforçou a sua imagem no grupo e qualificou-o como beneficiário de melhores recebimentos financeiros. O próprio Jacques Wagner fez questão de encaminhar esse pedido de apoio financeiro mais qualificado, apoiando-se na cuidadosa atenção que demonstrou aos nossos pleitos ao longo do seu primeiro mandato como Governador da Bahia.

Assim, em 2010, fizemos a mesma linha de encontro de 2006, novamente a pedido de Jacques Wagner. Desta vez, como dito, ele apresentou, como argumentos para maior apoio financeiro, a atenção dada e a resolução encaminhada aos temas relevantes de interesse da Odebrecht que eu narrei acima.

O Codinome referente a Jacques Wagner é “Polo”, sendo que as planilhas do Drousys indicam 10 (dez) pagamentos feitos em seu favor entre agosto/2010 e março/2011.

<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Codinome</b>	<b>Responsável</b>	<b>Local</b>
16/03/2011	250.000,00	POLO	DS/AV	SP
21/03/2011	750.000,00	POLO	DS/AV	SP
25/11/2010	500.000,00	POLO	DS/AV	SP
25/11/2010	500.000,00	POLO	DS/AV	SP
25/11/2010	500.000,00	POLO	DS/AV	SP
17/11/2010	500.000,00	POLO	DS/AV	SP



04/11/2010	500.000,00	POLO	DS/AV	SP
11/08/2010	500.000,00	POLO	DS/AV	SSA
15/10/2010	500.000,00	POLO	DS/AV	SP
01/09/2010	3.000.000,00	POLO	DS/AV	SP

Em algumas oportunidades recebi de Jacques Wagner reclamações na demora das contribuições e transmiti ao DS Bahia. O fato de o meu nome não constar na planilha não retira a minha posição de elo interno de Jacques Wagner para tratar deste tema.

### **Evento 03 - CERB:**

No ano de 2014, Jacques Wagner me procurou pedindo apoio financeiro para a eleição de Rui Costa.

Conversei com Marcelo Odebrecht, que me disse que só iríamos fazer um pagamento mais elevado caso o assunto da Bahia Gás fosse resolvido ou, então, se um tema denominado “Recebíveis CERB” fosse encerrado, tema esse que era uma questão antiga que envolvia disputa judicial da Odebrecht contra o Estado da Bahia. Além do interesse empresarial, Marcelo Odebrecht não acreditava no sucesso da candidatura de Rui Costa.

Retornei a Jacques Wagner e tratei com ele dos dois assuntos, cobrando uma saída para alguma das questões e condicionando o pagamento diferenciado a título de pretensa doação de campanha à solução de um dos assuntos. Ele pediu para que o responsável pelo assunto “Recebíveis CERB”, que era André Vital, procurasse o secretário da Casa Civil Rui Costa, pois ele iria solicitar que o secretário conduzisse o assunto e buscasse uma solução. Em algumas oportunidades cobrei a solução do governador. O assunto demorou muito, mas foi resolvido por Rui Costa. Em função disso, fizemos contribuição financeira diferenciada a Rui Costa.

Acho importante relatar que apoiei algumas vezes André Vital DS Bahia junto a Jacques Wagner. Em um desses apoios, fizemos uma reunião com o governador Jacques Wagner especificamente sobre o tema da Fonte Nova, que diz respeito a uma pendência de pagamento referente à finalização da obra do estádio, tendo correlação com o assunto CERB abaixo.

André Vital, DS da Bahia, me procurou em uma oportunidade, orientado por Benedicto Júnior, apresentando o valor da CERB, que, na época, era algo entorno de R\$ 390 milhões. Como André vital me transmitiu que o alinhamento dele com Benedicto Júnior passou pelo crivo de Marcelo Odebrecht, para que, caso recebêssemos o valor mínimo de R\$ 290 milhões – que certamente seriam pagos ao longo dos anos futuros, por falta de recursos de Estado – ficou acordado que aceitaríamos ficar com R\$ 260 milhões e que R\$ 30 milhões restantes seriam pagos a pretexto de a campanhas do PT na Bahia na eleição de 2014 e em eleições futuras.

André Vital determinou que o valor mínimo para recebermos em 2014 seria de R\$ 60 milhões e com isso, ele se comprometeu em repassar o valor de até R\$ 10 milhões. Não fiz o acompanhamento destes recebimentos, pois esta função burocrática é do DS Bahia André Vital portanto não sei de fato nem qual o valor foi recebido e nem quanto repassamos a título de campanha.

Fui a Jacques Wagner transmitir esse posicionamento, dizendo a ele que Marcelo Odebrecht não acreditava nas chances de Rui Costa se eleger na Bahia. Eu também transmiti a ele que eu próprio não acreditava. Dessa forma, fui orientado a apresentar estas bases acima mencionadas como a única condição de apoio financeiro diferenciado que poderíamos vir a fazer. Apesar da insatisfação demonstrada, o governador se empenhou em resolver o assunto para que pudesse ter recursos para eleger o seu sucessor.

Arelado ao tema da CERB, ficou vinculado o recebimento dos pleitos que André Vital tinha contra o Estado, referentes à aceleração da obra da Arena Fonte Nova para atender os prazos da FIFA. Não me recordo do valor, mas sei que o valor financeiro discutido incluiu esse acerto e a disputa judicial que existia contra a CERB.

Apesar de não ter conduzido a doação, pois foi André Vital, acredito que foi destinado aproximadamente R\$ 10 milhões de reais a pretexto de campanha de Rui Costa ao governo do Estado da Bahia. Ressalto que na sexta-feira que precedeu a eleição, o Governador Jacques Wagner me ligou dizendo que André Vital não havia cumprido o compromisso. Liguei para Benedicto Júnior e disse a ele da reclamação ocorrida, pois não consegui falar com André Vital. Benedicto Júnior me tranquilizou e disse que faria naquele momento o depósito diretamente na conta nacional do partido dos trabalhadores.

Recordo-me que André Vital me telefonou confirmando que já havia feito a transferência e comunicado à pessoa com quem ele tratava na campanha de Rui Costa. Liguei para o governador Jacques Wagner, avisei a ele da decisão da empresa e do procedimento realizado. Ele agradeceu e disse que iria atrás do recurso para que fosse transferido para a conta do partido na Bahia.

#### **Evento 05 – Atuação como Ministro de Estado - PROSUB e Acordo de Leniência**

Me envolvi com o apoio a este Projeto quando o Ministro Jacques Wagner assumiu o cargo, pois o ponto de contato com Wagner dentro da empresa sou eu.

Usando o prestígio que desenvolvi junto a ele e fazendo valer todo o apoio que a empresa fez nas campanhas de Governo dele, promovi uma reunião com André Amaro e Fabio Gandolfo, onde eles falaram abertamente do projeto e seus problemas, especialmente no tocante a fluxo de recursos. Essa reunião ocorreu no gabinete do Ministro no dia 08/04/2015, conforme consta na agenda oficial do Ministério

	<p>(disponível em: <a href="http://www.defesa.gov.br/agenda-de-autoridades/agenda-do-ministro/15415-agenda-para-quarta-feira-8-de-abril-de-2015">http://www.defesa.gov.br/agenda-de-autoridades/agenda-do-ministro/15415-agenda-para-quarta-feira-8-de-abril-de-2015</a>).</p> <p>Na reunião estava presente a secretária executiva Eva Chiavon, que foi designada pelo Ministro para tratar do assunto junto ao presidente da ODT e o DC do PROSUB.</p> <p>Por duas vezes o responsável pelo acompanhamento de recursos deste projeto em Brasília, Rubio Fernal, me entregou documentos que deixavam clara a existência de débitos altos do Governo com o projeto e eu levei pessoalmente esses documentos ao ministro como forma de pressionar. Fizemos pressão quanto ao tema e eu, particularmente, mostrava a ele que caso não fosse ele o ministro, possivelmente o projeto já teria parado por falta de recursos.</p> <p>O projeto não sofreu qualquer paralização na sua gestão, certamente pela forma com que ele sempre manteve um fluxo mínimo de recursos, mesmo tendo deixado dívidas com sua saída.</p> <p>Enquanto Jacques Wagner era Ministro, mantivemos uma reunião junto com Emílio Odebrecht para que Emílio reforçasse a ele a importância de que existisse uma medida legislativa de urgência cuidando da possibilidade de que empresas fizessem acordos de leniência. Marquei essa reunião a pedido de Emílio Odebrecht. Depois disso, em algumas outras oportunidades, reforcei o assunto com ele.</p> <p>O avanço da história resultou na edição da Medida Provisória n. 703/15, a qual caducou sem que fosse convertida em lei.</p> <p><b>Evento 05 – Presentes a Jacques Wagner</b></p> <p>Em oportunidades, quando do aniversário de Jacques Wagner, enviamos relógios de presente a ele. Lembro-me de dois descritos abaixo.</p> <p>Quando do aniversário de Jacques Wagner em março de 2012, foi dado um relógio Hublot, modelo Oscar Niemeyer. Em outro aniversário, que não me recordo o ano, também foi enviado relógio da marca Corum, modelo Admirals Cup. Esses presentes foram entregues junto com um cartão assinado por Marcelo Odebrecht, eu e André Vital. Pelo que me lembro o custo desses relógios, por orientação de Marcelo Odebrecht, foi rateado com o DS Bahia André Vital. O relógio foi adquirido na loja Griffith, em São Paulo.</p> <p>Eu me lembro com detalhes do relógio Hublot, porque esse relógio tem, em seu fundo, a imagem do Congresso Nacional, um símbolo de Brasília. Segundo consta na internet, o valor estimado desse relógio, hoje, é de aproximadamente US\$ 20.000,00. Segue fotografia do modelo:</p>
--	--

	 <p>O segundo relógio, da marca Corum tem seu preço, estimado hoje, segundo consta na internet, em US\$ 4.000,00. Segue fotografia do modelo:</p>  <p>Estamos buscando as Notas Fiscais de aquisição dos relógios.</p>
--	---

### III. EVENTOS LEGISLATIVOS ESPECÍFICOS

#### 3.1. MP 252/05 (MP do Bem) – MP 255/05 (MP do Bem 2) – Novo tratamento tributário da NAFTA Petroquímica e Condensado – Atuação do Senador Romero Jucá

	<p>No dia 15 de junho de 2005, foi publicada a MP 252, conhecida como a MP do Bem.</p> <p>Em apoio aos interesses da Odebrecht, solicitei ao Deputado Geddel Vieira Lima para que apresentasse emenda que atendesse ao nosso pleito, referente ao tratamento tributário a Nafta Petroquímica e Condensado. Nosso objetivo era que retornasse o <i>status quo</i> anterior às leis que disciplinaram as novas hipóteses de incidência não-cumulativa em relação a COFINS e PIS/PASEP. O Deputado atendeu</p>
--	---

	<p>à nossa solicitação e apresentou emenda de nosso interesse, protocolada sob o número 342.</p> <p>O relator revisor da MP 252/2005 era o Senador Romero Jucá. Solicitei ao Senador apoio para a inclusão do tema de nosso interesse no conteúdo da matéria, assim como para que atuasse como interlocutor para discussão com o Poder Executivo, em especial o Ministério da Fazenda.</p> <p>Em atendimento ao nosso pleito, o Senador Romero Jucá discutiu um novo texto com o Poder Executivo, atuou no Congresso Nacional e conseguiu aprovar sua emenda de relator (número 458) incorporando ao PLV 23 da MP 252/05.</p> <p>Como o prazo da MP 252/05 estava esgotando (caducando), foi dada a alternativa de apresentar o texto do Projeto de Lei de Conversão (PLV 23) da MP 252/05, no relatório da MP 255/05, que ficou conhecida como a MP do Bem 2. No dia 21 de novembro de 2005, a MP 255/05 foi convertida na Lei 11.196/05.</p> <p>Certamente a dedicação do Senador Romero Jucá em atender às solicitações da empresa foi equalizada no pagamento a pretexto de campanha no ano de 2006.</p>
--	--

### 3.2. PLC n. 32/07 – Emenda n. 40 - Propõe alteração à Lei n. 8666/93 – Atuação de Romero Jucá

	<p>Existia uma forte preocupação da Odebrecht em que fossem realizados ajustes ao processo licitatório no Brasil, regulado pela Lei n. 8.666/93, fato que geraria maior segurança para as empresas e também para o Poder Contratante, mais especificamente a habilitação técnica das empresas que participariam do certame licitatório e a possibilidade de inversão de fases. Esse era o assunto tratado pela emenda n. 40 da CAE do PLC n. 32/97.</p> <p>Procurei o Senador Romero Jucá e levei a demanda de interesse da empresa, explicando a ele que os mecanismos trariam a garantia de execução da obra contratada em qualquer contratempo existente com a empresa contratada.</p> <p>Na época, também discuti a necessidade fundamental de haver projeto executivo em todas as obras no Brasil, antes de deflagrar o processo licitatório, além de sugerir, também, que o Brasil considerasse o mecanismo de <i>Performance Bond</i> (espécie de seguro-garantia)..</p> <p>Pedi a ele que reforçasse junto ao Senador Francisco Dornelles a importância desse assunto, pois este era o autor da referida emenda. A discussão sobre o tema ainda não foi resolvida.</p>
--	--

**3.3. Pagamentos a parlamentares para aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal n. 72/2010 (“PRS 72/2010”) – Participação de Romero Jucá, Renan Calheiros e Delcídio do Amaral (Codinome “FERRARI”)**

	<p>A indústria brasileira vinha sofrendo com o impacto negativo de importações realizadas com benefícios fiscais. Em algumas oportunidades, produtos produzidos no Brasil, quando comprados diretamente dos produtores brasileiros, ficavam mais caros do que se o cliente optasse por comprar o produto brasileiro através da China ou de outros países. Esse assunto ficou conhecido como “Guerra dos Portos”.</p> <p>Marcelo Odebrecht, com o objetivo de enfrentar esse problema, manteve reunião com Guido Mantega e encaminhou o tema junto ao Poder Executivo. Guido Mantega teria dito a ele, na oportunidade, que o Governo Federal entendia o problema e estava mobilizado para resolver a questão até o fim do ano, e que pediria ao Senador Romero Jucá para tratar diretamente do assunto.</p> <p>Em 30 de novembro de 2011, recebi em cópia, mensagem de e-mail de Marcelo Odebrecht para Carlos Souza, contendo a informação acima a respeito do contato por ele mantido com Guido Mantega. No mesmo dia, Marcelo Odebrecht manda um segundo e-mail para as mesmas pessoas pedindo que eu entrasse em contato com Romero Jucá para confirmar se Guido Mantega realmente tinha falado com ele e que estaria “totalmente engajado em resolver até o final do ano”. Pedi, ainda, que eu avaliasse se era necessário tratar com mais algum parlamentar a respeito do tema.</p> <p><i>De: Marcelo Bahia Odebrecht Enviada em: quarta-feira, 30 de novembro de 2011 17:21</i></p> <p><i>Para: <a href="mailto:cmf@odebrecht.com">cmf@odebrecht.com</a></i></p> <p><i>Assunto: Re:</i></p> <p><i>Agora temos que ir com tudo.</i></p> <p><i>CMF: veja com Juca se GM esta mesmo firma conforme me disse. Ele me disse que orientou RJ a botar para votar este ano.</i></p> <p><i>Ademais veja se tem alguém com quem preciso atuar.</i></p> <p><i>De: Marcelo Bahia Odebrecht Enviada em: quarta-feira, 30 de novembro de 2011 14:06</i></p> <p><i>Para: <a href="#">Carlos Fadigas</a>, <a href="#">Claudio Melo Filho</a></i></p> <p><i>Falei com GM. Esta totalmente engajado em resolver ate o final do ano. Disse que ja falou com Juca.</i></p> <p>No dia 27 de março de 2012, juntamente com Carlos Souza, estive no</p>
--	---

Congresso Nacional e mantivemos contatos institucionais com diversos senadores a respeito do assunto, tais como Gim Argello, Renan Calheiros, Fernando Collor, Romero Jucá, Lídice da Mata e Walter Pinheiro. Na oportunidade Romero Jucá, aproveitando-se da simbologia do seu cargo de Senador, solicitou apoio financeiro.

O tema se iniciou no Senado Federal com um documento de autoria do próprio Senador Romero Jucá, dando ensejo ao trâmite do PRS 72/2010, que estabelecia alíquota de ICMS de 0% nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior. O PRS somente foi votado em 24 de abril de 2012, quando as novas regras desejadas pela indústria brasileira entraram em vigor.

O pagamento que o Senador Romero Jucá solicitou foi aprovado por Carlos Souza, que autorizou junto a área de operações estruturadas, conforme e-mail datado de 27 de abril de 2012. Esse pagamento foi feito em contrapartida ao decisivo apoio dado pelo Senador Romero Jucá durante o trâmite do PRS 72/2010. Acredito que o valor total desses pagamentos seja da ordem de R\$ 4.000.000,00, embora não me recorde com precisão. Esses pagamentos, segundo me foi dito por Romero Jucá, não seriam apenas para ele, mas também, como já havia ocorrido em outras oportunidades, para Renan Calheiros. Os pagamentos foram realizados na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 2º andar.

Não localizei, contudo, identificação desses pagamentos junto ao sistema Drousys, o que não me permite apontar a forma e o local de realização dos mesmos.

Em 20 de julho de 2012, recebi e-mail de Carlos Souza, com cópia para Márcio Faria, dizendo que Márcio havia relatado a ele que Sen. Delcídio teria reclamado por não ter recebido muita “atenção” da nossa parte após a aprovação do PRS 72/2010. Carlos Souza aprovou um apoio de R\$ 500.000,00 que transmiti ao Senador Delcídio em 26 de julho de 2012 no hotel Fasano em São Paulo que a companhia lhe faria um pagamento. Na sequência, enviei e-mail a Carlos Souza e Márcio Faria no mesmo dia comunicando que Delcídio tinha ficado “absolutamente satisfeito” e que tinha “pressa” no recebimento. A partir deste ponto não mais me envolvi no tema.

*De: CARLOS FADIGAS Enviado em: quinta-feira, 26 de julho de 2012 00:49*

*Para: [cmf@odebrecht.com](mailto:cmf@odebrecht.com); [marciofario@odebrecht.com](mailto:marciofario@odebrecht.com)*

*CMF, recebi uma ligação de MF (copiado) que estava jantando com nosso amigo em comum. Segundo MF, nosso amigo estava chateado pois não teria recebido sua atenção. Comentei com MF o que havia me dito, mas você me ajudaria muito se ligasse e comentasse diretamente com MF o que você me relatou sobre suas tentativas de receber apoio de nosso amigo em comum.*

(...)

*De: Claudio Melo Filho Enviada em: quinta-feira, 26 de julho de 2012 16:31*

*Para Carlos Fadigas; Marcio Faria da Silva*

*Assunto: Amigo*

*Ficou absolutamente satisfeito, no stress... mas tive que assumir conforme Marcio falou.*

*Como sempre....tem pressa....*

*Vou precisa de ajuda dos dois para resolver com Bel.*

*Falamos na segunda.*

*Abs*

Consta no sistema, que, ao que tudo indica, o seguinte pagamento seria, pagamento feito a Delcídio do Amaral:

- (i) Codinome FERRARI: pagamento realizado em 16 de agosto de 2012 no valor de R\$ 500.000,00.

Entre os dados que corroboram os fatos narrados acima, posso destacar os e-mails internos da Companhia que esclarecem a agenda da empresa junto ao Poder Executivo. Ressalto, também, o e-mail de Carlos Souza aprovando os pagamentos, dentre vários outros, que, somados, permitirão a ampla comprovação de todos os fatos acima narrados. Os dados de comprovação que, com muito esforço pessoal, eu logrei reunir são amplos e permitem aprofundar as meras referências a codinomes, datas e endereços constantes no DROUSYS. Há, portanto, através da minha colaboração, robusta possibilidade de incremento das investigações sobre um tema relevante que ainda não se encontra (ao menos publicamente) sob investigação no âmbito da “Operação Lava-jato”.

Episódio apartado que desejo relatar envolvendo Romero Jucá e Renan Calheiros:

Além dos fatos narrados nos Relatos de n. 1, 2 e 3, quero relatar, também, outro fato envolvendo o Senador Romero Jucá. No ano de 2010, por solicitação de Henrique Valladares, que à época era Presidente da Odebrecht Energia, eu e José Filho repassamos senhas a este parlamentar por conta de compromissos assumidos por Henrique. Assim como em outros eventos envolvendo Romero Jucá, acredito que esses valores também beneficiaram Renan Calheiros.

Inseridos nesse contexto estão valores acertados por Henrique Valladares. Esclareço que fui informado por Henrique Valladares que ele havia feito um acerto financeiro relativo ao contrato de Santo Antônio que contemplava pagamento ao Senador Romero Jucá, no valor de R\$ 6.000.000,00. Henrique solicitou a mim e a José Carvalho Filho que quando houvesse pagamentos, comunicássemos ao Senador. Os



pagamentos foram efetivamente realizados. Constam na planilha, com codinome “Caju”, pagamentos realizados a Romero Jucá no ano de 2010, entre os quais podem estar parte daqueles referentes ao evento vinculado a Henrique Valladares:

<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Obra</b>
15/07/2010	250.000,00	BJ-CMF
16/07/2010	250.000,00	BJ-CMF
22/07/2010	250.000,00	CP
26/07/2010	250.000,00	BJ-CMF
05/08/2010	250.000,00	CP
06/08/2010	250.000,00	BJ-CMF
19/08/2010	500.000,00	BJ-CMF
01/09/2010	500.000,00	BJ-CMF
09/09/2010	500.000,00	BJ-CMF
21/10/2010	500.000,00	BJ-CMF
22/10/2010	500.000,00	BJ-CMF
10/11/2010	500.000,00	BJCMF

Identifiquei, também, os seguintes pagamentos ao Senador Romero Jucá, que acredito terem sido feitos a pretexto de campanha. Não sei precisar a razão pela qual estão alocados à empresa Braskem:

18/08/2010	500.000,00	Braskem
10/09/2010	500.000,00	Braskem
24/09/2010	500.000,00	Braskem
29/09/2010	500.000,00	Braskem
07/10/2010	500.000,00	Braskem

Consta como endereço de entrega da maior parte dos pagamentos: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 2º Andar. Durante a colaboração, pesquisei na internet e identifiquei como sendo o endereço do banco BVA.

#### **3.4. MP 563/12 – Tratamento Tributário equivalente entre NAFTA e Condensado – Atuação de Romero Jucá**

Em abril de 2012, o Governo Federal editou a MP 563/12, que ficou conhecida como a Segunda Etapa do Plano Brasil Maior.

Solicitei ao Senador Romero Jucá que atuasse pela aprovação da emenda n. 57, apresentada por Francisco Dornelles. Essa emenda foi sugerida pela ABIQUIM e CNI diretamente ao Senador Francisco Dornelles sem minha participação.

Em seguida, a pedido da empresa, solicitei ao Senador Romero Jucá, como sempre, seu empenho na defesa desse pleito, incorporando a emenda como uma das inovações do texto, sustentando e garantindo a sua aprovação pelo Congresso Nacional. É certo que o empenho do

	Senador Romero Jucá sustentava-se no fato de que receberia pagamento a título de suposta contribuição de campanha durante o período eleitoral.
--	--

### 3.5. MP 579/12 – Atuação de Renan Calheiros

	<p>A MP 579/12 contemplou, a partir de uma emenda do relator, Senador Renan Calheiros, a extensão do prazo de fornecimento de energia barata para as empresas eletrointensivas do Nordeste para o ano de 2015. Fui a Renan Calheiros, juntamente com executivos da Braskem, com o intuito de sensibilizá-lo para o drama da escassez de energia que já se instalava nas plantas industriais do Nordeste como um todo e, especialmente, no estado de Alagoas. Essa reunião ocorreu no Anexo I do Senado Federal, Gabinete localizado no 15º Andar. Lembro que todas as empresas eletrointensivas do nordeste fizeram muita pressão sobre o tema.</p> <p>Me dirigi a ele, pois Renan Calheiros, ao que me foi dito, havia sido presidente do Conselho da SALGEMA, e, portanto, entendia a importância da eletricidade como principal insumo para essas plantas localizadas em Alagoas e que um potencial aumento do custo poderia implicar no fechamento das plantas e, portanto, gerar perda de emprego e arrecadação para os estados do Nordeste. Acredito que, em função disso, e pelo relacionamento que sempre manteve com a Odebrecht, ele atendeu o nosso pedido, mas recusou vários outros pleitos feitos por outros setores.</p> <p>Posteriormente tentei resolver com ele a questão sobre a renovação desses mesmos contratos com a CHESF por via legislativa. Levei o problema ao Senador Renan Calheiros, que endereçou o tema por intermédio do Senador Romero Jucá. Este, em atenção aos interesses da empresa, apresentou as seguintes emendas de mesmo conteúdo em diferentes medidas provisórias:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Medida Provisória</th> <th>Emenda</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>649</td> <td>46</td> </tr> <tr> <td>656</td> <td>47, 60</td> </tr> <tr> <td>661</td> <td>62</td> </tr> <tr> <td>663</td> <td>27, 28, 30, 31, 34, 40</td> </tr> <tr> <td>668</td> <td>34, 35, 37, 38, 47</td> </tr> <tr> <td>670</td> <td>104, 105, 107, 108, 109</td> </tr> <tr> <td>671</td> <td>30, 84, 85, 86, 87</td> </tr> <tr> <td>672</td> <td>18, 30, 31, 32, 33</td> </tr> <tr> <td>675</td> <td>122, 124, 125, 126</td> </tr> </tbody> </table> <p>Depois da longa dedicação de Romero Jucá na defesa do pleito que levei a ele, finalmente uma emenda de sua autoria, que permitia geradores a continuar com os contratos de fornecimento direto de</p>	Medida Provisória	Emenda	649	46	656	47, 60	661	62	663	27, 28, 30, 31, 34, 40	668	34, 35, 37, 38, 47	670	104, 105, 107, 108, 109	671	30, 84, 85, 86, 87	672	18, 30, 31, 32, 33	675	122, 124, 125, 126
Medida Provisória	Emenda																				
649	46																				
656	47, 60																				
661	62																				
663	27, 28, 30, 31, 34, 40																				
668	34, 35, 37, 38, 47																				
670	104, 105, 107, 108, 109																				
671	30, 84, 85, 86, 87																				
672	18, 30, 31, 32, 33																				
675	122, 124, 125, 126																				

	<p>energia aos grandes consumidores do Nordeste até 2042, foi aprovada. Contudo, posteriormente o seu conteúdo foi vetado pela presidência da República.</p> <p>Em março de 2015, o Congresso Nacional pautou o veto presidencial. No Senado Federal, faltaram apenas dois votos para derrubar o veto, embora tenha sido público o empenho do Senador Renan Calheiros, que presidia a sessão.</p> <p>Este é um ótimo exemplo da atuação sincronizada dos dois Senadores. O presente caso deixou com Renan Calheiros um crédito, tendo em vista o forte empenho que dedicou aos nossos interesses. Esse crédito foi lembrado por ele a mim quando, em 2014, pediu que a companhia fizesse pagamento financeiro a seu filho a pretexto de contribuição de campanha. Justamente pela existência desse crédito, o pedido de Renan em favor de seu filho foi acolhido e realizado conforme descrito no item 2.3 acima.</p>
--	---

**3.6. Pagamentos a parlamentares para aprovação da Medida Provisória n. 613/13 (“MP 613/2013”) – Romero Jucá, Renan Calheiros, Eunício Oliveira, Rodrigo Maia e Lúcio Vieira Lima**

	<p>Em meados de abril/maio de 2013, eu fui procurado por Carlos Souza durante o trâmite da MP 613, que tratava de diversos temas do interesse da Companhia, notadamente do REIQ, com objetivo de garantir a aprovação do texto vindo do Poder Executivo.</p> <p>Durante o trâmite da MP 613, o senador Romero Jucá, em reunião realizada no seu gabinete, solicitou-me apoio financeiro atrelado à aprovação do texto que interessava à companhia. Pelo que me foi relatado pelo Senador Romero Jucá, confirmando a sua posição de centralizador do recebimento de pagamentos e organizador dos repasses internos do PMDB, os pagamentos seriam destinados a membros do PMDB no Senado Federal, especificamente a ele e aos Senadores Eunício de Oliveira, e Renan Calheiros. Ficou claro na oportunidade que esses pagamentos seriam contrapartidas solicitadas pelo parlamentar para que, mediante a sua atuação e a dos parlamentares já referidos, a aprovação da MP 613 efetivamente ocorresse sem percalços. Como já ressaltai, Romero Jucá sempre deixou claro para mim que, em momentos como o ocorrido aqui de solicitação de vantagem pecuniária, ele também o fazia em nome de Renan Calheiros.. Ou seja, no meu entendimento, através de Romero Jucá, Renan Calheiros também estava sendo remunerado para atender aos interesses da companhia.</p> <p>Dando continuidade ao tema, levei a demanda a Marcelo Odebrecht e Carlos Souza. Carlos Souza determinou um teto para contribuição a ser feita, após isso realizei as tratativas com o Senador Romero Jucá e fechamos que o pagamento seria de R\$ 7,0 milhões.</p> <p>Carlos Souza autorizou, junto à área de operações estruturadas, a operacionalização dos pagamentos, que foram feitos da seguinte forma:</p>
--	---

1. **Senador Eunício Oliveira (codinome “Índio”)**: os pagamentos foram realizados no valor aproximado de R\$ 2.100.000,00. O Sr. Ricardo Augusto (foto anexa como dado de corroboração), preposto do Senador Eunício, foi a nosso escritório, se apresentou a mim e eu o encaminhei para José Filho, para que entregasse a senha e o local onde os pagamentos seriam realizados. O valor foi dividido em duas parcelas, sendo uma paga em Brasília e a outra em São Paulo. Os pagamentos foram realizados entre outubro de 2013 e janeiro de 2014. O Drousys indica dois pagamentos de R\$ 1.000.000,00 para Eunício Oliveira (codinome “Índio”), nas datas de 24/10/2013 e 27/01/2014.

2. **Senadores Romero Jucá (codinome “Caju”) e Renan Calheiros**: os pagamentos ao Senador Romero Jucá foram no valor aproximado de R\$ 4,0 milhões, valor este que abarcaria contribuições para o próprio e para o Senador Renan Calheiros. O Senador Romero Juca indicou o Sr. Milton Lira (foto anexa como dado de corroboração) para intermediar o recebimento. Pedi a José Filho que entrasse em contato com Milton Lira.

Além dos pagamentos acima descritos, dois deputados federais solicitaram-me pagamentos decorrentes do mesmo contexto de discussão do texto da MP 613. Foram eles:

a) **Dep. Lúcio Vieira Lima (codinome “Bitelo”)**: participou da aprovação da MP 613 na qualidade de Presidente da Comissão Mista. Em reunião realizada no dia 07/08/2013, no gabinete da liderança do PMDB, na qual eu estava presente juntamente com representantes de outras empresas, o Deputado solicitou-me apoio financeiro. Referida reunião ocorreu durante o trâmite da MP 613. Solicitei a José Filho que transmitisse ao parlamentar a confirmação de que a Companhia realizaria o pagamento de valor compreendido entre R\$ 1,0 milhão e R\$ 1,5 milhão (não me recordo com exatidão o valor). Os pagamentos foram realizados no início do mês de outubro de 2013 na cidade de Salvador/BA.

Embora o pedido de contribuição financeira tenha sido feito pelo parlamentar acima com fundamento em necessidade de custear despesas de campanhas eleitorais, ficou claro que o não atendimento ao pedido traria dificuldades na aprovação da MP 613.

b) **Dep. Rodrigo Maia (codinome “Botafogo”)**: Durante a fase final da aprovação da MP 613, o Deputado, a quem eu pedi apoio para acompanhar a tramitação, aproveitou a oportunidade e alegou que ainda havia pendências da campanha de Prefeito do Rio de Janeiro em 2012. Solicitou-me uma contribuição e decidi contribuir com o valor aproximado de R\$ 100.000,00, que foi pago no início do mês de outubro de 2013.

Referido parlamentar era visto por mim como ponto de interlocução dentro da Câmara dos Deputados na defesa dos interesses da empresa.

Além dos pagamentos mencionados acima, gostaria de ressaltar outra situação ocorrida no período. Também durante a tramitação da MP 613, o Deputado Eduardo Cunha me ligou no dia 19/8/2013 à noite e foi à minha casa.

Naquela oportunidade, o então Deputado alegou que tinha divergências na

discussão da MP 613 sobre temas que afetavam o setor sucroalcooleiro. Também externou que tinha problemas de relacionamento com o representante da UNICA em Brasília, mas não me disse o motivo. Relatei o ocorrido por e-mail a Marcelo Odebrecht, Carlos Fadigas e Luís Mendonça.

Há registro de uma ligação telefônica efetuada para o Senador Romero Jucá em 20/08/2013, às 9h30, momentos antes da sessão da Comissão Mista que aprovou a MP 613.

No mesmo sentido, existiram ligações efetuadas para o Deputado Lucio Vieira Lima no período da votação da MP, especialmente em 07/08/2013 – data em que ocorreu um café da manhã patrocinado pela Odebrecht Agroindustrial e a reunião da comissão mista –, 13/08/2013 e 20/08/2013 – quando a MP foi retirada de pauta e, posteriormente, votada pela Comissão.

No dia da aprovação da MP na Comissão Mista, houve troca de e-mails entre Marcelo Odebrecht, Carlos Fadigas, Luiz Mendonça e eu, nos quais foram abordados detalhes da votação, principalmente sobre os próximos trâmites e votações do projeto na Câmara:

*De: Marcelo Bahia Odebrecht Enviada em: terça-feira, 20 de agosto de 2013 14:47*

*Para: Claudio Melo Filho*

*Cc: Carlos Fadigas, Luiz Mendonca*

*Assunto:*

*Como esta a 613?*

*From: Claudio Melo Filho Sent: Tuesday, August 20, 2013, 12:51 SA Pacific Satandard Time*

*To: Marcelo Bahia Odebrecht,*

*Cc: Carlos Fadigas, Luiz Mendonca*

*Subject: RES:*

*Vencemos na Comissão. Pancadaria geral!!! Perdi uma emenda que atendia a Agro, alinhei isso com Mendonça.*

*Segue agora a tarde para plenário, devendo ser votada amanhã. Seguindo para o Senado. Ontem o Carang chegou em minha casa as 00:45...pode imaginar isso!!!?? Dona Cláudia quase me mata!!!*

*Vamos em frente!!!*

*De: Marcelo Bahia Odebrecht Enviada em: terça-feira, 20 de agosto de 2013 14:57*

*Para: Claudio Melo Filho*

*Cc: Carlos Fadigas, Luiz Mendonca*

*Assunto: Re: RES:*

*Vota então hoje?*

No dia seguinte, mais e-mails foram trocados, dessa vez versando sobre a resistência do PMDB para colocar a matéria em votação:

*De: Marcelo Bahia Odebrecht (mailto:mbahia@odebrecht.com) Enviada em: quarta-feira, 21 de agosto de 2013 17:51*

*Para: Claudio Melo Filho*

*Cc: CARLOS FADIGAS*

*Assunto: e a 613?*

*De: CARLOS FADIGAS Enviada em: quarta-feira, 21 de agosto de 2013 18:23*

*Para: Marcelo Bahia Odebrecht, Claudio Melo Filho*

*Cc: Luiz Mendonca*

*Assunto: e a 613?*

*A sessão não acabou. Pelo que sei, a briga está feia. PMDB dando trabalho. CMF é quem tem o detalhe.*

*De: Claudio Mel Filho Enviada em: quarta-feira, 21 de agosto de 2013 18:34*

*Para: CARLOS FADIGAS, Marcelo Bahia Odebrecht*

*Cc: Luiz Mendonca*

*Assunto: e a 613?*

*Algum acordo foi rompido pelo Governo. Tudo indica que foi adiada a votação para a próxima terça. É duro!!!*

*Ficarei na pressão 24 h.*

*De: Claudio Mel Filho Enviada em: quarta-feira, 21 de agosto de 2013 18:44*

*Para: CARLOS FADIGAS, Marcelo Bahia Odebrecht*

*Cc: Luiz Mendonca*

*Assunto: e a 613?*

*Caiu a Sessão. Marcada para a próxima terça. Ainda sem Acordo.*

*De: Marcelo Bahia Odebrecht (mailto:mbahia@odebrecht.com) Enviada em: quarta-feira, 21 de agosto de 2013 23:19*

*Para: Claudio Melo Filho, CARLOS FADIGAS*

*Cc: Luiz Mendonça*

*Assunto: e a 613?*

*Cláudio,*

*Precisamos ter certeza. Entendo que 3a é última chance.*

***O que é que está atrapalhando de fato?***

Já no âmbito do Senado, as mensagens dão conta de que Eunício teria obstruído a votação do projeto no intuito de pleitear vantagens para dar continuidade ao tema.

*From: Claudio Melo Filho Sent: Wednesday, August 28, 2013, 05:14 PM  
SA Pacific Standard Time*

*To: Marcelo Bahia Odebrecht, Carlos Fadigas, Luiz Mendonca*

*Subjetct: Res: Votação Senado*

*Sen Eunicio obstruiu. Estou esperando Pres Senado para uma reunião.*

*Claudio Melo Filho*

*Odebrecht SA*

*(...)*

*From: Claudio Melo Filho Sent: Wednesday, August 28, 2013, 05:22 PM  
SA Pacific Standard Time*

*To: Marcelo Bahia Odebrecht, Carlos Fadigas, Luiz Mendonca*

*Subjetct: Res: Votação Senado*

*Sim, já fui abisado. Estou aqui para tratar.*

*Ele destacou para retirar a emenda 22 (Unica). Já mandei via Raizen a Beth procura-lo....mas **no fundo a razão e outra.....***

*Claudio Melo Filho*

*Odebrecht SA*

*De: Marcelo Bahia Odebrecht Enviada em: quarta-feira, 28 de Agosto de 2013 19h23*

*Para: Claudio Melo Filho, Carlos Fadigas, Luiz Mendonca*

*Assunto: Res: Votação Senado*

***Que maluquice! O que ele ganha com isto?***

	<p><i>From: Claudio Melo Filho Sent: Wednesday, August 28, 2013, 05:25 PM SA Pacific Standard Time</i></p> <p><i>To: Marcelo Bahia Odebrecht, Carlos Fadigas, Luiz Mendonca</i></p> <p><i>Subject: Res: Votação Senado</i></p> <p><b>O de sempre.</b></p> <p><i>Claudio Melo Filho</i></p> <p><i>Odebrecht SA</i></p> <p>Em conversa posterior à aprovação, Marcelo Odebrecht me indaga quanto teria sido pedido pelos parlamentares para a defesa de nossos interesses no Congresso Nacional.</p> <p><i>De: Marcelo Bahia Odebrecht Enviada em: quinta-feira, 29 de agosto de 2013 19h00</i></p> <p><i>Para: Claudio Melo Filho</i></p> <p><i>Cc: CARLOS FADIGAS, Luiz Mendonca</i></p> <p><i>Assunto:</i></p> <p><i>Nota: CF não tem cripto.</i></p> <p><b>CMF: a festa nas 2 casas custou algo a CF e ou LDM? Importante eu saber para a minha conversa amanhã com meu amigo.</b></p> <p>Como já demonstrei com alguns exemplos, os relatos acima possuem sólidos dados de corroboração, destacando-se entre eles as trocas de mensagens eletrônicas (e-mails), cujas datas, objeto e assuntos tratados correspondem diretamente com a tramitação da MP 613/13 na Comissão Mista. As ligações telefônicas de meu número de celular a personagens centrais da tramitação legislativa também corroboram o que foi narrado, deixando clara a proximidade temporal entre os pagamentos realizados, o andamento da MP 613 e os contatos telefônicos. Com os dados de corroboração que serão apresentados, será possível alavancar as investigações que decorrem dos dados constantes no sistema DROUSYS, já que farei toda a demonstração factual que apenas a análise fria dos dados do referido sistema é insuficiente para evidenciar. Há aqui amplíssimo material de corroboração.</p>
--	--

### **3.7. Pagamentos a parlamentares para aprovação da Medida Provisória n. 627/13 (“MP 627/2013”) – Romero Jucá e Renan Calheiros**

	<p>Marcelo Odebrecht, juntamente com um grupo de empresas exportadoras, tratou diretamente com o poder executivo mudanças no regime de tributação do lucro auferido no exterior. Tal atuação ocorreu, principalmente, em setembro de 2013, como fica claro no seguinte e-mail</p>
--	---



que eu estava copiado:

*De: Marcelo Bahia Odebrecht [mailto: [mbahia@odebrecht.com](mailto:mbahia@odebrecht.com)]*

*Enviada em: quinta-feira, 29 de agosto de 2013 11:12*

*Para: Paulo Henyan Yue Cesena <[cesena@odebrecht.com](mailto:cesena@odebrecht.com)>; Benedicto Barbosa da Silva Junior <[bjunior@odebrecht.com](mailto:bjunior@odebrecht.com)>; Newton Souza <[newton.souza@odebrecht.com](mailto:newton.souza@odebrecht.com)>; Claudio Melo Filho <[cmf@odebrecht.com](mailto:cmf@odebrecht.com)>; Luiz Mendonca <[luidemendoca@odebrecht.com](mailto:luidemendoca@odebrecht.com)>; CARLOS FADIGAS <[carlos.fadigas@braskem.com](mailto:carlos.fadigas@braskem.com)>*

*Assunto:*

*GM marcou amanhã a tarde comigo:*

*PC/BJ: alguma atualizacao concessoes? Quer que eu cheque algo sobre Invepar?*

*BJ: CID e CEF vs SCCP?*

*NS: IR exterior algo alem das notas? [Essa mensagem deixa claro que o assunto sobre a tributação de lucros no exterior já estava sendo tratado junto ao Poder Executivo]*

*CMF: me atualize amanhã 613*

Com a edição da MP 627/13, que determinava que lucros no exterior deveriam ser tributados quando apurados ao final de cada ano, independentemente de sua remessa ao Brasil, os setores empresariais afetados se organizaram e propuseram uma série de sugestões de emendas à CNI. Algumas sugestões foram acolhidas pela CNI e encaminhadas a parlamentares. O Ministério da Fazenda reabriu, então, as discussões técnicas para novamente buscar um texto de consenso. Como resultado desse trabalho, o Ministério da Fazenda encaminhou um texto a Eduardo Cunha, relator da comissão, com sua proposta de tratamento dos temas, que foi substancialmente acatada pelo relator e incorporada ao relatório da comissão.

Em 26 de março de 2014, ocorreu a aprovação da MP no plenário da Câmara dos Deputados. No início de abril, a aprovação por parte do Senado ocorreu. Ao final, o texto transformado na Lei n. 12.973/2014 refletiu substancialmente a proposta do Ministério da Fazenda, tema que havia sido tratado diretamente por Marcelo Odebrecht. Inclusive, à época, manteve contato telefônico com Romero Jucá como os registros abaixo demonstram:

<b>Data_Hora_Chamada</b>	<b>Duração Ligação</b>	<b>Número Discado</b>	<b>Pessoa</b>
06/04/2014 16:01:36	0,60	6181440061	Romero Jucá

Posteriormente à tramitação da medida provisória, possivelmente entre abril e junho de 2014, recebi pedido do Senador Jucá de pagamento em contrapartida à conversão em lei da MP 627. Novamente, como já tinha ocorrido em outras oportunidades, Romero Jucá falou em seu nome e em nome de Renan Calheiros. Ou seja, ambos seriam beneficiários dos recebimentos financeiros.

Solicitei a aprovação de Marcelo Odebrecht. Não mantive tratativas dessa natureza com mais nenhum parlamentar. A área de operações estruturadas realizou o pagamento de R\$ 5.000.000,00 (conforme planilha abaixo), tendo como registro do tema “exportação” no sistema em datas próximas ao tema ora narrado.

<b>Data</b>	<b>Codiname</b>	<b>Valor</b>
18/22 ago 2014	Exportação	500.000,00
18/22 ago 2014	Exportação	500.000,00
11/15 ago 2014	Exportação	500.000,00
11/15 ago 2014	Exportação	500.000,00
04/08 ago 2014	Exportação	1.250.000,00
04/08 ago 2014	Exportação	420.000,00
04/08 ago 2014	Exportação	830.000,00
04/08 ago 2014	Exportação	340.000,00
04/08 ago 2014	Exportação	420.000,00
04/08 ago 2014	Exportação	170.000,00
04/08 ago 2014	Exportação	500.000,00
04/08 ago 2014	Exportação	500.000,00
04/08 ago 2014	Exportação	150.000,00
28/01 ago 2014	Exportação	500.000,00
28/01 ago 2014	Exportação	500.000,00
28/01 ago 2014	Exportação	1.250.000,00
21/27 jul 2014	Exportação	500.000,00
21/27 jul 2014	Exportação	500.000,00

O codiname utilizado, nesta oportunidade, para o Senador Romero Jucá (“Exportação”) deixa claro que os pagamentos possuem direta relação com a defesa de nossos pleitos na Medida Provisória 627/13, que tratava sobre a questão de Lucros no Exterior. Sei que o pagamento foi no valor de R\$ 5.000.000,00, na forma determinada pelo Setor de Operações Estruturadas e transmitida ao Senador por José Filho. Além disso, há e-mail, com assunto “Exportação”, em que o custo é alocado à áreas do exterior por Marcelo Odebrecht, e que corrobora o fato narrado:

*De: Hilberto M Alves da Silva Filho*

*Enviada em: segunda-feira, 7 de julho de 2014 10:54*

*Para: Claudio Melo Filho*

*Assunto: RES: Exportação*

	<p><i>CMF,</i> <i>Eles tem que aprovar via BIRA</i></p> <p><i>De: Claudio Melo Filho</i> <i>Enviada em: quinta-feira, 3 de julho de 2014 12:08</i> <i>Para: Euzenando Azevedo; Marcio Faria da Silva; Ernesto Sa Vieira Baiardi</i> <i>Cc: Hilberto M Alves da Silva Filho; Fernando Migliaccio</i> <i>Assunto: Exportação</i> <i>Euzenando, Marcio e Ernesto,</i> <i>Só faltam vocês aprovarem junto a equipe de HS.</i> <i>Aguardo retorno.</i></p> <p>Como o Senador Romero Jucá exercia papel de interlocutor e arrecadador do PMDB, acredito que parte dos pagamentos realizados pode ter sido direcionada por ele a outros agentes políticos de seu partido.</p> <p>Além das informações contidas na planilha do sistema Drousys, contribuirei com a investigação ao trazer as datas dos e-mails (que demonstram o interesse da empresa) e a programação dos pagamentos que correspondem às principais datas da tramitação da MP. Inclusive, há ligação telefônica minha para o Senador Jucá antes da aprovação do Projeto de Lei de Conversão no Senado Federal.</p>
--	---

### **3.8. MP 651/14– Pagamento para apresentação de emendas e aprovação do texto por parte de Romero Jucá**

	<p>Quando a MP 651/14, conhecida como Pacote de Bondades, foi publicada, fui procurado e informado pelo Senador Romero Jucá de que este seria relator da medida na Comissão Mista. De posse dessa informação, repassei internamente e recebi sugestões de textos de emendas. O Senador acabou por não se tornar o relator, mas foi o Presidente da Comissão Mista.</p> <p>Considerando o relacionamento que mantinha com a empresa, fundamentado na certeza de que receberia pagamentos a pretexto de contribuição de campanha, o Senador Romero Jucá apresentou as emendas 259, 262, 271 e 272, que foram todas total ou parcialmente aprovadas. O Senador também atuou junto ao Poder Executivo para que o texto não fosse vetado.</p> <p>O tema foi inserido no relatório da comissão mista, aprovado no congresso e depois sancionado pela Presidência da República.</p> <p>Recebi solicitação do Senador Romero Jucá para que ajudasse na campanha eleitoral de seu filho, candidato a Vice-Governador do estado de Roraima. Foi realizada doação ao Diretório do PMDB em</p>
--	--

	Roraima, pela CNO, no valor de R\$ 150.000,00, com recibo de n. P15000303018RR000063.
--	---

#### IV. PAGAMENTOS DESTINADOS A AGENTES POLÍTICOS

##### 4.1. Pagamentos realizados para Eliseu Padilha – Jantar no Palácio do Jaburu

	<p>4.1 Eu participei de um jantar no palácio do Jaburu juntamente com Marcelo Odebrecht, Michel Temer e Eliseu Padilha. Michel Temer solicitou, direta e pessoalmente para Marcelo, apoio financeiro para as Campanhas do PMDB no ano de 2014. O jantar ocorreu possivelmente no dia 28 de maio de 2014, para o qual fui no carro da empresa (Toyota Corolla cinza – Placas dos carros da empresa: JIZ 0228, PAZ 4158 e PAZ 4159), conduzido por Carlos Eduardo, cuja placa é . Há chamada telefônica destinada ao celular de Eliseu Padilha, às 20h16min no dia de realização do jantar.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Data_Hora Chamada</th> <th>Duração</th> <th>Número</th> <th>Pessoa</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>27/05/2014 15:08:05</td> <td>0,90</td> <td>6199430137</td> <td>Eliseu Padilha</td> </tr> <tr> <td>28/05/2014 20:16:27</td> <td>0,50</td> <td>6199430137</td> <td>Eliseu Padilha</td> </tr> </tbody> </table> <p>Chegamos no Palácio do Jaburu e fomos recebidos por Eliseu Padilha. Como Michel Temer ainda não tinha chegado, ficamos conversando amenidades em uma sala à direita de quem entra na residência pela entrada principal. Acredito que esta sala é uma biblioteca. Após a chegada de Michel Temer, sentamos na varanda em cadeiras de couro preto, com estrutura de alumínio.</p> <p>No jantar, acredito que considerando a importância do PMDB e a condição de possuir o Vice-Presidente da República como Presidente do referido partido político, Marcelo Odebrecht definiu que seria feito pagamento no valor de R\$ 10.000.000,00. Claramente, o local escolhido para a reunião foi uma opção simbólica voltada a dar mais peso ao pedido de repasse financeiro que foi feito naquela ocasião.</p> <p>Inclusive, houve troca de e-mails nos quais Marcelo se referiu à ajuda definida no jantar, fazendo referência a Temer como “MT”.</p> <p><i>De: MO</i></p> <p><i>Para: Hilberto Silva</i></p> <p><i>CC: BJ, CF, CMF</i></p> <p><i>09/10/2014, 09h01</i></p> <p><i>Assunto: sem assunto</i></p> <p><i>PS ficou com aquele buraco de 4 reais com DM (entre outros). O que era obvio. Depois de muito choro não tive como não ajudar na</i></p>	Data_Hora Chamada	Duração	Número	Pessoa	27/05/2014 15:08:05	0,90	6199430137	Eliseu Padilha	28/05/2014 20:16:27	0,50	6199430137	Eliseu Padilha
Data_Hora Chamada	Duração	Número	Pessoa										
27/05/2014 15:08:05	0,90	6199430137	Eliseu Padilha										
28/05/2014 20:16:27	0,50	6199430137	Eliseu Padilha										

*seguinte linha (de ter algum conforto ainda que “moral”) – Vamos combinar o pgto com DM via HS para fev/15 (HS: eu disse que vc procuraria DM para confirmar)*

- *fico com este crédito para a próxima, onde não nos buscaria*
- *ele avisaria o amigo de CMF (MT) que este seria nosso únicos contas a pagar do time dele!*

Michel Temer, em uma oportunidade, esteve disponível para ouvir tema de interesse da Odebrecht. Este foi o caso de uma viagem institucional que seria realizada por Michel Temer a Portugal, país em que a Odebrecht tem atuação. Entreguei nota a Michel Temer sobre a atuação da companhia em Portugal. Esse exemplo deixa claro a espécie de contrapartida institucional esperada entre público e privado.

Do total de R\$ 10 milhões prometido por Marcelo Odebrecht em atendimento ao pedido de Michel Temer, Eliseu Padilha ficou responsável por receber e alocar R\$ 4.000.000,00. Compreendi que os outros R\$ 6.000.000,00, por decisão de Marcelo Odebrecht, seriam alocados para o Sr. Paulo Skaff.

Na parte que me foi designada, pedi a José Filho que mantivesse contatos com Eliseu Padilha para alinhamento da forma de pagamento. Além disso, mantive contatos telefônicos com Eliseu Padilha para tratar do assunto.

Segundo me foi informado por Eliseu Padilha, sei que parte do pagamento foi destinada ao ex-deputado Eduardo Cunha. Reforça este entendimento o fato de Eduardo Cunha, à época do repasse financeiro, ter telefonado diretamente a José Filho e, segundo este me relatou à época, reclamou, de forma rude, pois não havia confirmação do pagamento pela área de operações estruturadas. O valor aproximado foi de R\$ 1,0 milhão.

Após José Filho me relatar o ocorrido, transmiti a reclamação de Eduardo Cunha a Hilberto Silva. Da mesma forma, procurei Eduardo Cunha para acalmá-lo e esclarecer que não tinha conhecimento de que o pagamento feito a Eliseu Padilha seria repassado a ele e quais eram os valores que havia sido definidos, pois isso não era determinado pela empresa.

Quero ressaltar que nas vezes que me foi solicitada qualquer agenda com Michel Temer, procurava Eliseu Padilha, que viabilizava os encontros para as demandas da empresa.

No caso em concreto o codinome utilizado pelo setor de operações estruturadas para definir Eliseu Padilha nesta operação financeira foi “Angorá”. A título de informação, que reforça a relação de representação entre Eliseu Padilha e Moreira Franco, este último tem o apelido de Gato Angorá. Durante a coleta de dados de corroboração, apurei que um dos pagamentos, que havia solicitado José filho fazer, ocorreu entre 10 de agosto e o final de setembro de 2014 na Rua Capitão Francisco, 90, Jardim Europa, sede do escritório de Advocacia

	<p>José Yunes e Associados. José Yunes hoje é assessor especial da presidência da República.</p> <p>4.2 Em outra ocasião, já indicada acima, o Ministro Moreira Franco, em uma reunião na Secretaria de Aviação Civil, em que participaram, além de mim e de alguns integrantes da equipe do Ministro, Paulo Cesena e Luiz Rocha, solicitou que apoiássemos financeiramente o partido dele nas eleições de 2014. Transmiti essa demanda a Benedicto Junior, já que, evidentemente, um pedido de Ministro para realizar um pagamento de dinheiro poderia nos trazer prejuízos em caso de não atendimento ou, ainda, vantagens em caso de atendimento. O fato é que pagamentos ocorreram em razão de um pedido feito por um Ministro de Estado em ambiente institucional e por ocasião de uma reunião de trabalho.</p> <p>Nessa reunião foram tratados temas relativos ao contrato do Galeão, especificamente a antecipação do início da operação deste aeroporto pela Odebrecht, especialmente nos quesitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Reforma de escadas rolantes que estavam quebradas;</li> <li>(ii) Reforma e limpeza dos banheiros e outros locais insalubres; e</li> <li>(iii) Segurança interna e externa dos usuários do aeroporto.</li> </ul> <p>Posteriormente, Moreira Franco foi substituído por Eliseu Padilha na titularidade de Secretaria de Aviação Civil. Algumas vezes fui cobrado por Eliseu Padilha a respeito do pagamento que havia sido solicitado por Moreira Franco. Novamente transmiti a Benedicto Junior o pedido. Ficou clara a existência de correlação entre a quantia em dinheiro almejada e o cargo de Ministro de Estado ocupado pelas duas pessoas que, em momentos distintos, fizeram o mesmo pedido. O local em que os pedidos foram feitos carrega relevante simbologia que não pode ser desconsiderada, já que acredito ter pesado no momento da definição que coube internamente a Benedicto Junior.</p> <p>Para corroborar o relato acima, trago, entre outros elementos relevantes (como ligações telefônicas), a programação semanal de pagamentos, que consta data, valor, codinome e, inclusive, local de entrega. Os dados de corroboração são fortes e permitem que a investigação vá muito além daquilo que o simples acesso ao sistema Drousys poderia permitir.</p>
--	--

#### **4.2. Pagamentos realizados para Anderson Dornelles (codinome “LAS VEGAS”)**

	<p>Em meados de 2012, Marcelo Odebrecht se reuniu com uma pessoa chamada Anderson Dornelles no escritório de Brasília. Durante o encontro pediu que me chamasse para conhecê-lo e me apresentou como diretor da Odebrecht em Brasília.</p> <p>Segundo me foi dito por Marcelo Odebrecht, ele mantinha contato com o Sr. Anderson, pois este trabalhava com a Sra. Presidente Dilma</p>
--	--

Rousseff e era responsável pela Agenda de trabalho da mesma.  
Posteriormente à reunião, Marcelo me comunicou que recebeu um pedido de apoio financeiro a Anderson, autorizando que se realizassem pagamentos de R\$ 50 mil em seu benefício. Inclusive, os e-mails abaixo demonstram a aprovação de Marcelo Odebrecht quanto aos pagamentos que foram realizados a Anderson Dornelles.

*De: Claudio Melo Filho*

*Para: Marcelo Odebrecht*

*Data: 03 setembro de 2014, 17h32*

*Assunto: Las Vegas*

*MO,*

*Este tema, por esquecimento meu,, esta sem ser resolvido nestes últimos dois meses.*

*Por favor aprove junto a Bel.*

*De: Marcelo Odebrecht*

*Para: Hilberto Silva*

*Data: 03 setembro de 2014, 17h33*

*Assunto: Las Vegas*

*OK*

*De: Hilberto Silva*

*Para: Marcelo Odebrecht*

*CC: Claudio Melo Filho*

*Data: 03 setembro de 2014, 20h30*

*Assunto: Las Vegas*

*Vamos resolver*

Os planilhas indicam 7 (sete) pagamentos entre outubro/2013 e julho/2014, no total de R\$ 350.000,00. Inclusive, o codinome de Anderson Dornelles é "Las Vegas".

<b>Data</b>	<b>Codinome</b>	<b>Valor</b>	<b>Observação</b>
14/10/13	LAS VEGAS	50.000,00	CMF
11/11/13	LAS VEGAS	50.000,00	
09/12/13	LAS VEGAS	50.000,00	CMF
07/04/14	LAS VEGAS	50.000,00	

05/05/14	LAS VEGAS	50.000,00	
02/06/14	LAS VEGAS	50.000,00	ATRAÉIS CMF REF. JUNHO
07/07/14	LAS VEGAS	50.000,00	CMF

Estiveram na empresa em Brasília em diferentes momentos para tratar com José Filho sobre os recebimentos acordados com Anderson Dornelles duas pessoas: Fabio Veras e Douglas Rodrigues.

Quanto a isso, os registros apontam que Douglas Rodrigues esteve na Odebrecht Brasília em três datas:

Visitante	Visitado	Unidade	Entrada	Saída
Douglas Rodrigues	José	Odebrecht	11/02/2015 5:15:36	11/02/2015 5:16:36
Douglas Rodrigues	José	Odebrecht	24/02/2015 5:18:40	25/02/2015 5:08:27
Douglas Rodrigues	José	Odebrecht	12/05/2015 5:15:40	12/05/2015 5:16:23

Entre os dados de corroboração que confirmam o narrado acima – em que trago as programações semanais de pagamento e os registros de entrada de Douglas Rodrigues no edifício onde se situa o escritório da Companhia em Brasília – destaco a transcrição de e-mail de Marcelo Odebrecht aprovando o pagamento.

#### 4.3. Pagamentos realizados a Gim Argello (codinome “CAMPARI”)

<p>Eu recebi pedidos de apoio financeiro por parte de Gim Argello nos períodos em que ocorriam as campanhas eleitorais de 2010 e 2014. Não tenho como dizer se os pagamentos em dinheiro que foram realizados efetivamente foram utilizados por Gim Argello para fins eleitorais. Em 2010, inclusive, Gim Argello sequer candidato era. Mas, como habitualmente ocorre entre agentes políticos, as campanhas eleitorais foram o pretexto apresentado para que os pagamentos ocorressem. O codinome utilizado pelo setor de operações estruturadas para se referir a Gim Argello era “Campari”.</p> <p>Nesses dois períodos (2010 e 2014), Gim Argello me pediu uma reunião com Marcelo Odebrecht para tratar de pagamento financeiro diferenciado a pretexto de campanha. Compreendi que havia a concordância de Marcelo em fazer o apoio diferenciado.</p> <p>6.1. No ano de 2010 foi realizada, após aprovação de Marcelo Odebrecht, contribuição no valor de R\$ 1.500.000,00 em razão de</p>
--



pedido feito a mim por Gim Argello, que à época era presidente regional do PTB.

<b>Data</b>	<b>Valor</b>	<b>Codinome</b>	<b>Local</b>
22/07/2010	500.000,00	Campari	São Paulo
19/08/2010	500.000,00	Campari	São Paulo
27/08/2010	500.000,00	Campari	São Paulo

Todos os pagamentos foram realizados em São Paulo. Em um deles consta o endereço Rua Cardoso de Almeida, 1943.

Em adição a isso, Gim Argello buscava condições para formar uma base político-eleitoral e se candidatar a Governador do Distrito Federal em eleição futura, cargo de grande relevância para os investimentos já realizados pela companhia no DF. Esta solicitação, sugerida por mim e aprovada por Marcelo, foi operacionalizada pelo setor de operações estruturadas. Eu repassei a Gim Argello a senha que ele deveria utilizar. Recebi dele o endereço e a instrução de qual pessoa deveria ser procurada.

6.2. Em 2014, após receber solicitação de Gim Argello, sugeri o valor de R\$ 1.300.000,00, que também foi aprovado por Marcelo Odebrecht. Não tive influência na forma de alocação interna desse valor. Os pagamentos foram feitos da seguinte maneira:

- (i) R\$ 250.000,00 para o PTB distrital (12/09/2014) com o recibo eleitoral numero P14000397012DF000009;
- (ii) R\$ 50.000,00 (15/09/2014), direto para a conta da candidatura com o recibo eleitoral numero 001440500000DF000021; e
- (iii) O restante foi operacionalizado em setembro de 2014 pelo setor de operações estruturadas. Repassei a Gim Argello a senha da operação .

Desejo, ainda, relatar como se deu a minha participação no evento relacionado à CPI da Petrobrás no Senado e à CPMI da Petrobrás no Congresso, tendo em vista que a existência de inquérito policial em trâmite perante a JF/PR.

Tomei conhecimento que Gim Argello pediu apoio ilícito a empresas com o pretexto de proteção no âmbito das referidas comissões. O contato de Gim Argello com a Odebrecht ocorreu indiretamente. Júlio Camargo, da Toyo Setal, procurou Márcio Faria para informar sobre pedido de apoio ilícito feito por Gim Argello. Márcio Faria não deu andamento ao tema.

Posteriormente, Léo Pinheiro convidou Benedicto Júnior para um almoço na residência de Gim Argello para tratar do andamento da CPMI da Petrobrás. Benedicto Júnior, entretanto, em razão da ocorrência de um imprevisto de natureza pessoal, não conseguiu se

	<p>deslocar a Brasília e, por telefone, me pediu que participasse do almoço na residência de Gim Argello em seu lugar. Não me explicou, contudo, todos os fatos que envolviam o almoço.</p> <p>Neste almoço, não presenciei, por parte do ex-senador Gim Argello, a formulação de pedidos de nenhuma natureza. O encontro começou em tom cordial e os temas discutidos entre os presentes não disseram respeito ao andamento das comissões parlamentares. Basicamente, as conversas envolveram amenidades, pois Gim Argello estava aguardando a chegada de Vital do Rêgo Filho para tratar do andamento da CPMI da Petrobrás.</p> <p>Praticamente no final do encontro, Vital do Rêgo Filho chegou e alegou que não tinha ciência de que o almoço ocorreria, pedindo desculpas pelo atraso. Somente nesse momento o tema da CPMI foi abordado. Ambos os ex-parlamentares explicaram que o propósito da CPMI não era prejudicar a imagem das empresas e que, na medida do possível, procurariam conduzir as investigações sem exageros.</p> <p>Enquanto estive presente, não houve qualquer pedido de apoio ilícito. Encerrado o almoço, conversei por telefone com Benedicto Junior a respeito do almoço, reportando fielmente o ocorrido, e não me envolvi novamente com o assunto.</p> <p>Por fim, como contrapartida feita pelo ex-agente político no momento em que era Senador, indico a emenda n. 92 à MP n. 599/2012, que foi apresentada por Gim Argello no interesse da Odebrecht.</p> <p>As reuniões em que estive no gabinete do Senador, localizado no Senado Federal Anexo I, 14º Andar, foram marcadas por minha secretária Diva Souza, diretamente com Anicélia (secretária), através dos telefone (61) 3303-1160/63 ou (61) 99839-4690. Também me encontrei com o Senador em sua residência localizada no SHIS QL 12 Conjunto 0 Casa 8.</p> <p>Me lembro de chegar, ser recebido por algum empregado doméstico da casa, e ficar sentado em duas cadeiras que ficam logo após a cozinha do lado direito, enquanto esperava o Senador. Percebia que mais pessoas estavam na varanda da casa, mas normalmente conversávamos a sós no mesmo local. Os encontros eram normalmente rápidos e na maioria das vezes pela manhã.</p> <p>Sempre fui a essas reuniões no carro da empresa (Toyota Corolla cinza – Placas dos carros da empresa: JIZ 0228, PAZ 4158 e PAZ 4159), conduzido por Carlos Eduardo.</p>
--	--

#### 4.4. Pagamentos realizados ao Senador Ciro Nogueira – (codinomes “CERRADO” e “PIQUI”)

	<p>Por razão da minha atuação na companhia, mantive diversos contatos com o Senador Ciro Nogueira e, nas ocasiões abaixo narradas, recebi pedidos de contribuição financeira.</p>
--	---

Recebi, no segundo semestre de 2010, pedido do parlamentar de contribuição financeira. Esse encontro provavelmente deve ter ocorrido em seu gabinete na Câmara dos Deputados. Sugeri internamente a inclusão do nome do parlamentar para receber o valor de R\$ 300.000,00, o que foi aprovado. O pagamento foi operacionalizado pelo setor de operações estruturadas, com o uso dos codinomes “Helicóptero” e “Cerrado”. Fui o responsável por passar a senha para o senador.

No segundo semestre de 2014, o Senador Ciro Nogueira solicitou a mim, em reunião provavelmente realizada em seu gabinete no Senado Federal, apoio para a campanha dos candidatos do PP. A solicitação foi por mim encaminhada a Benedicto Junior que aprovou o valor de R\$ 1.300.000,00. Pedi a José Filho que procurasse o Senador e viabilizasse o pagamento. O valor foi pago em setembro de 2014 através da área de operações estruturadas, como consta na planilha:

<b>Data</b>	<b>Codinome</b>	<b>Nome</b>	<b>Valor</b>
08/09/14	CERRADO	Ciro Nogueira	800.000,00
08/09/14	CERRADO	Ciro Nogueira	500.000,00

Em diversas oportunidades, tratei com o referido parlamentar a respeito de assuntos públicos que eram do interesse da companhia, tais como :

- (i) pedido de audiência em nome de Andre Vital, Diretor Superintendente da Bahia, junto ao Ministro das Cidades à época, para tratar o Projeto de Mobilidade Urbana em Salvador;
- (ii) tema relacionado a energia no Nordeste, quando da discussão da queda do Veto presidencial que prorrogava os contratos de energia para o Nordeste (MP 656). Ele sequer foi à votação. Cobrei Ciro Nogueira sobre o assunto posteriormente e ele se desculpou dizendo não saber que a discussão ocorreria no dia em que ele esteve ausente; e
- (iii) marcação de audiências a pedido de executivos da empresa.

Ressalto que, em meados de setembro de 2014, recebi uma orientação de Marcelo Odebrecht para comunicar ao Senador Ciro Nogueira que a companhia iria efetuar um pagamento, a princípio, para campanhas eleitorais do PP, partido presidido pelo mesmo, no valor de R\$ 5 milhões. Fui à casa do Senador e passei a informação. No dia seguinte, acredito eu, Marcelo voltou a me ligar e pediu que eu transmitisse que a doação havia sido cancelada. Imediatamente liguei ao Senador para comunicá-lo. Pude perceber que parecia que o mesmo já havia sido avisado, pois recebeu com tranquilidade.

Além disso, no ano de 2014, atendendo a pedido do parlamentar, recomendei internamente que a seguinte doação fosse realizada para a campanha de sua esposa, Iracema Portella, que concorria ao cargo de

	<p>deputada federal. A doação foi efetuada no valor aproximada de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) [Recibos Eleitorais: 011110600000PI000112; 011110600000PI000114; e 011110600000PI000115].</p> <p>Para corroborar o relatado acima, trago, entre outros elementos, as ligações telefônicas, cujas datas coincidem com o período programando para os pagamentos, além da lista de presença na votação do veto n. 4 da MP 656, correspondente aos artigos que prorrogavam os contratos de energia para o Nordeste.</p> <p>Meus encontros com o Senador Ciro Nogueira eram marcados diretamente por mim com o parlamentar, através do celular (61) 98109-7777. Os encontros ocorriam em seu gabinete, localizado na Ala Teotônio Vilela, Senado Federal, Gabinete 01. Algumas vezes o Senador foi até o meu escritório localizado no SAS Quadra 5, Bloco N, 9º Andar.</p>
--	---

#### 4.5. Pagamentos realizados ao Senador José Agripino (codinomes “PINO” e “GRIPADO”)

	<p>Tenho relação profissional há cerca de 05 anos com o Senador José Agripino, que sempre se referiu a companhia com muita cordialidade, fazendo questão de mencionar a sua relação pessoal com Emílio Odebrecht.</p> <p>Em uma ou duas oportunidades, durante o ano de 2014, estive reunido com o Senador para tratar sobre a política na Bahia, especialmente em razão da minha amizade com Geddel Vieira Lima e da relação conflituosa que se estabeleceu em decorrência da retomada da candidatura de Paulo Souto, do partido do Senador José Agripino, ao Governo da Bahia.</p> <p>Além disso, quando a mídia ventilou que, em eventual vitória de Aécio Neves na campanha presidencial de 2014, o Senador José Agripino poderia ser postulante ao cargo de Ministro de Minas e Energia, estive com o parlamentar. O material foi um estudo sobre a problemática da crise energética no Brasil e eu levei este material ao Senador, pedindo a ele que olhasse com carinho, especialmente no que diz respeito aos impactos da energia sobre o Nordeste.</p> <p>Por ocasião ainda da campanha de 2014, a pedido de Marcelo Odebrecht, comuniquei ao Senador que a companhia iria fazer um pagamento a ele no valor de R\$ 1.000.000,00. Destaco que o Senador José Agripino não era candidato a cargo eletivo nas eleições de 2014. Segundo me foi dito por Marcelo Odebrecht, esse valor teria sido solicitado a ele pelo Senador Aécio Neves como uma forma de apoio ao DEM, que era presidido à época pelo Senador José Agripino.</p> <p>Entrei em contato com o Senador diretamente por meio do seu celular (números (61) 9982-4205 ou (61) 98153-6488) e marquei encontro com o Senador, que ocorreu em seu gabinete na Ala Afonso Arinos,</p>
--	--

	<p>Senado Federal, Gabinete 09.</p> <p>Este pagamento foi solicitado e aprovado por Marcelo Odebrecht e operacionalizado pela área de operações estruturadas. No sistema DROUSYS, os pagamentos constam identificados com o codinome “Gripado” e vinculado as “MBO” “evento 14 DP” e foram realizados entre 13 e 17 de outubro de 2014, conforme indicação da planilha. Segue abaixo transcrição de e-mail que corrobora o fato narrado:</p> <p><i>De: Hilberto M Alves da Silva Filho</i></p> <p><i>Enviada em: segunda-feira, 22 de setembro de 2014 12:57</i></p> <p><i>Para: Claudio Melo Filho</i></p> <p><i>Assunto: Re: Andamento</i></p> <p><i>Você esta gripado e eu fud.....</i></p> <p><i>Enviada do meu iPhone</i></p> <p><i>Em 22/09/2014, às 11:35, "Claudio Melo Filho" &lt;cmf@odebrecht.com&gt; escreveu:</i></p> <p><i>Conforme falamos, final do dia ligo para Lucia.</i></p> <p><i>MO, criou mais um Gripado. Quando puder me ligue e falamos. Mas já vou mandar email para ele deste.</i></p> <p>Adicionalmente ao fato já relatado, é importante esclarecer que em 2010, conforme planilha, houve uma contribuição financeira para o Senador José Agripino, cujo codinome é “PINO”. Ocorreu também pagamento para seu filho, que não tenho relação, mas sei que o codinome é “PININHO”. Estas contribuições foram definidas e realizadas por João Pacífico e Ariel Parente, mas consta de forma equivocada em planilha que faz referência a meu nome.</p>
--	---

#### **4.6. Pagamento realizado ao ex-Deputado Federal Inaldo Leitão (codinome “TODO FEIO”)**

	<p>Durante a campanha de 2010, recebi um pedido do ex-Deputado Inaldo Leitão para que reforçasse junto ao João Pacífico, DS das regiões norte e nordeste e amigo pessoal de Inaldo, a solicitação que ele havia feito a Pacífico de contribuição financeira. Reforcei o pedido junto a Pacífico até porque também tenho uma relação pessoal com o parlamentar e o mesmo tinha capacidade demonstrada de ser um futuro líder na Câmara, já tendo sido membro da CCJ. Ressalto, ainda, que este ex-Deputado Federal tem relações antigas na empresa, além de familiares.</p> <p>Foram pagos R\$ 100.000,00, operacionalizados pela equipe de Operações Estruturadas, após solicitação e aprovação de Pacífico, sob</p>
--	--

	o codinome “Todo Feio”, contudo há referência ao mesmo parlamentar também com o codinome “Cunhado”, cujo responsável pelo pagamento é Ariel Parente.
--	--

#### **4.7. Pagamento realizado ao Deputado Federal Duarte Nogueira (codinome “CORREDOR”)**

	<p>Em 2008, no desempenho de minhas funções na área de Relações Institucionais, solicitei, a pedido de Henrique Valladares, ao Deputado Duarte Nogueira, durante as discussões na Comissão de Minas e Energia da Câmara, que defendesse o processo licitatório das usinas do Rio Madeira. O deputado se prontificou a entender a questão e nos ajudar em nossos interesses.</p> <p>Desta forma, promovi uma reunião no gabinete do deputado no gabinete dele no anexo 3, em que Henrique Valladares, presidente da Odebrecht Energia, fez uma longa apresentação sobre o tema, estando presente também o deputado Bruno Araújo, além de mim e José Filho.</p> <p>Nossos interesses referentes ao processo licitatório da UHE Jirau foram derrotados nos debates ocorridos na Comissão de Minas e Energia, pois, no entendimento do governo, contrário ao de Henrique Valladares, não teria ocorrido nenhum problema no processo licitatório da referida UHE.</p> <p>Durante a campanha de 2010, recebi solicitação de apoio financeiro do Deputado Federal Duarte Nogueira. Dada a posição de liderança parlamentar da bancada ruralista e o alinhamento da sua plataforma política com os interesses da Odebrecht Agroindustrial, solicitei contribuição para o Deputado Federal no valor de R\$ 300.000,00. Não tenho detalhes sobre a realização dessa contribuição, mas sei que foi feita.</p> <p>Pelo que consta no Drousys, foram realizados dois pagamentos, em 25/08/2010 e 28/09/2010, respectivamente nos valores de R\$ 300.000,00 e R\$ 50.000,00, sob o codinome “Corredor”.</p> <p>Em 2014, após receber pedido de reforço de contribuição financeira por parte do Deputado Federal Duarte Nogueira, encaminhei o assunto a Amaury Pekelman, RI da agroindustrial, que já havia feito contribuição e me disse que iria proceder com o reforço solicitado.</p> <p>Em 2014 foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). [Recibos n. 045450600000SP000051; e 045450600000SP000036].</p>
--	--

#### **4.8. Pagamento realizado ao Deputado Federal Marco Maia (Codinome “GREMISTA”)**

	Lembro-me que estive com o Deputado Federal Marco Maia na viagem promovida pela Braskem para Nova Iorque em novembro de
--	---

	<p>2011, com a agenda de defesa do setor petroquímico, quando o mesmo ainda era presidente da Câmara dos Deputados. Nesta viagem tive contato com este deputado, pois ele tinha uma relação próxima com diretor de RI da Braskem, Carlos Parente. Lembro-me que naquela ocasião, Carlos Parente me apresentou ao senhor Nazur, que era uma espécie de assessor de Marco Maia.</p> <p>Também estive com o Deputado Federal Marco Maia, ainda enquanto ele era presidente da Câmara, em jantar de cortesia na residência oficial oferecido a Marcelo Odebrecht.</p> <p>Durante a campanha eleitoral de 2014, aproximadamente no mês de agosto ou setembro, Marco Maia solicitou-me contribuições financeiras a pretexto de sua candidatura à Câmara dos Deputados. Imagino que o referido parlamentar tenha me procurado, pois desejava receber doações tanto da Braskem, possivelmente através de Carlos Parente, como também de Marcelo Odebrecht. Dessa forma, ele teria duas fontes de contribuição financeira ao invés de uma.</p> <p>A referida solicitação foi autorizada por Marcelo Odebrecht e transmitida por mim ao referido parlamentar. Posteriormente, o Sr. Nazur, assessor pessoal do referido parlamentar, procurou-me para receber detalhes a respeito do pagamento que tinha sido acordado. Marcelo autorizou a realização do pagamento por parte da área de operações estruturadas.</p> <p>Segundo dados constantes do sistema DROUSYS, que não foram alimentados por mim, foram realizados, em 2014, dois pagamentos a Marco Maia no valor total de R\$ 1.350.000,00, em datas compreendidas entre o final de setembro e o início de outubro de 2014. No sistema DROUSYS, os pagamentos constam identificados com o codinome específico e vinculados a “MBO” “evento 14 DP”. As referências a Marco Maia são feitas por meio do codinome “Gremista”.</p>
--	--

#### **4.9. Pagamento realizado ao Deputado Federal Antônio Brito (codinome “MISERICÓRDIA”)**

	<p>O Deputado Federal Antônio Brito tem relação com a Empresa, onde, inclusive, foi estagiário.</p> <p>Por essa razão, durante a campanha de 2010, após receber um pedido do Deputado Antônio Brito, direcionei para o DS-Bahia para que fosse aprovado. Recomendei o atendimento em razão da capacidade demonstrada pelo candidato de ser um futuro líder na Câmara e pela relação antiga que a Companhia mantém com a família Brito.</p> <p>Foram pagos R\$ 100.000,00, operacionalizados pela equipe de Operações Estruturadas, por orientação do DS-Bahia, sob o codinome “Misericórdia”.</p> <p>Usando dessa mesma relação, e reforçado pelo fato de seu pai ser advogado da empresa, o Deputado Antônio Brito também solicitou</p>
--	--

	<p>pagamento a pretexto de campanha a seu pai, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Edvaldo Brito (codinome “Candomblé”) era ex-prefeito de Salvador/BA e advogado tributarista, e recebeu pagamento a pretexto de campanha em função da Odebrecht ver nele um político influente no Estado e que poderia se tornar relevante em demandas locais. Em 2010, foi candidato não eleito ao Senado Federal. Apostávamos que, se eleito, também poderia ser sensível aos nossos pleitos junto ao Senado Federal.</p> <p>Além disso, em 2014, foi realizada doação eleitoral a Antônio Brito no valor total de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais). [Recibos n. 014100600000BA000006; e 014100600000BA000007].</p> <p>As informações sobre os pagamentos realizados foram transmitidas ao parlamentar por José Carvalho Filho.</p>
--	---

#### 4.10. Pagamento realizado ao Deputado Federal Arthur Maia (Codinome “TUCA”)

	<p>Recebi uma solicitação de apoio a pretexto de campanha do Deputado Arthur Maia. Desta forma, tendo em vista a capacidade demonstrada pelo Deputado Federal Arthur Maia, bem como pelo fato de este ser baiano e possuir confiabilidade dentro da empresa, sugeri, durante a campanha eleitoral de 2010, que a companhia realizasse uma contribuição ao Deputado Federal em valor diferenciado. Foram pagos R\$ 250.000,00, operacionalizados pela equipe de Operações Estruturadas, para o codinome “Tuca”. Os pagamentos foram efetivados nos dias 27/08/2010, 10/09/2010 e 01/10/2010, nos valores de R\$ 100.000,00, R\$ 100.000,00 e R\$ 50.000,00, conforme dados do Drousys.</p> <p>Na eleição de 2014, esse parlamentar me procurou e relatou que havia solicitado uma contribuição financeira que não tinha sido atendida. Me pediu, então, que eu tentasse corrigir o ocorrido. Assim o fiz e, até onde sei, a contribuição foi realizada de forma oficial, no valor de R\$ 349.972,00 [Recibos n. 077120600000BA000012; 077120600000BA000031; 077120600000BA000025; e 077120600000BA000017].</p> <p>As informações sobre os pagamentos foram transmitidas ao parlamentar por José Carvalho Filho.</p>
--	--

#### 4.11. Atuação de João Almeida

	<p>Ex-funcionário da Odebrecht que deixou a empresa para entrar na política sem cortar os laços com a organização. Líder e Vice-líder do PMDB e do PSDB.</p> <p>A Odebrecht participou de algumas concessões rodoviárias no Brasil e, em algumas delas, percebeu que empresas espanholas apresentavam propostas em valores muito inferiores às das concorrentes. Na época</p>
--	---



	<p>Benedicto Junior me pediu que verificasse a possibilidade de algum parlamentar levar o assunto referente aos preços fora de mercado das empresas espanholas para discussão na comissão de infraestrutura da câmara.</p> <p>Procurei o então deputado João Almeida, com quem mantenho uma boa relação, e lhe apresentei a demanda. A preocupação da empresa na época consistia no fato de estar querendo participar da concessão da BR 324, na Bahia (Salvador Feira de Santana), e acreditava que essa investida predatória de empresas estrangeiras – especialmente espanholas) – pudesse dificultar o processo licitatório. O Deputado não só levou o tema na comissão de infraestrutura da Câmara, como me disse ter apresentado uma representação junto ao TCU pedindo esclarecimentos.</p> <p>Ao que me consta não houve nenhum retorno efetivo deste órgão, mas o que vale é a intensão do deputado em nos ajudar, pois historicamente este sempre foi ajudado pela empresa.</p> <p>No ano de 2010 foi realizado pagamento a pretexto de campanha ao Deputado no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).</p> <p>É uma pessoa que tenho muito contato e mantenho relação de amizade. Por isso, sempre entrei em contato diretamente, através dos números (71) 99969-2364 e (61) 99678-9067.</p>
--	---

#### 4.12. Deputado Carlinhos Almeida - MP 544/2011

	<p>Em determinada oportunidade, no ano de 2011, apoiei a discussão da MP 544/2011, que tratava da criação do Regime de Incentivo a Indústria de Defesa.</p> <p>Como conheci o ex-Deputado Carlinhos Almeida em viagem institucional à Ucrânia, tratei diretamente com este parlamentar pontos para melhorar a redação da MP, tais como a classificação de produtos de defesa.</p> <p>As sugestões à referida MP foram apoiadas institucionalmente pela FIESP junto com a Comdefesa e Abimde. O deputado Carlinhos Almeida se candidatou a prefeito de São José dos Campos logo após ser relator desse projeto. Nessa oportunidade me solicitou ajuda a pretexto de campanha. Transmiti isso à Odebrecht Defesa e Tecnologia e o apoio foi feito no valor de R\$ 50.000,00, de forma oficial.</p>
--	--

#### 4.13. Meu relacionamento institucional com Bruno Araújo

	<p>A menção a meu nome na planilha da empresa pode ter ocorrido porque reforcei a João Pacífico a necessidade de uma atenção especial ao Deputado Bruno Araújo. Me tranquilizou o fato de Pacífico ter me dito que não me preocupasse, pois a mesma solicitação teria sido feita a ele por Marcelo Odebrecht.</p> <p>Apesar de ter sido apresentado ao Bruno por João Pacífico, desenvolvi</p>
--	--

	<p>uma boa relação profissional e pessoal com ele, especialmente na época em que ele foi líder do PSDB na Câmara. A relação de amizade se desenvolveu a ponto de ele ter me indicado para receber a Medalha do Mérito Legislativo no ano de 2012 (21/11/2012).</p> <p>Almoçamos algumas vezes para falar sobre política na Bahia, pois ele tem relação com agentes políticos daquele estado e eu tenho conhecimento, por ser meu estado de origem. Tratei com ele sobre o tema da renovação dos contratos de energia no Nordeste, pois entendia que era preciso sensibilizar parlamentares atuantes oriundos desta região.</p> <p>Bruno Araújo foi presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e acompanhou a viagem à Ucrânia, promovida pela Frente Parlamentar Brasil-Ucrânia e a Agência Espacial Brasileira. Estive presente nessa viagem, pois esse era um tema de especial interesse para a empresa.</p>
--	--

#### 4.14. Episódio com o Senador Romário

	<p>O diretor de RI da Odebrecht Properties, Eduardo Martins, se reuniu com o Senador Romário no nosso escritório em Brasília. Após o encontro, Eduardo foi à minha sala e pediu para me apresentar ao senador Romário. Concordei, pois para Eduardo, seria importante mostrar a relação dele comigo, haja vista que eu trabalhava em Brasília.</p> <p>O encontro se deu na minha sala, chamei inclusive pessoas da minha equipe, incluindo José Carvalho Filho para também conhece-lo. Foi um aperto de mãos breve e na saída várias pessoas do escritório pediram para tirar fotos.</p> <p>Na sequência deste encontro, Eduardo Martins no intuito de se aproximar mais do senador, me pediu para que eu falasse com o DS do Rio de Janeiro, Leandro Azevedo, na linha de fazermos uma contribuição financeira a pretexto de campanha.</p> <p>Liguei para Leandro, mas ele foi taxativo dizendo que não faria, pois na propaganda eleitoral do senador ele havia aparecido na frente de uma placa da Odebrecht falando mal dos estádios construídos por nós. Além disso, Leandro Azevedo me pediu para que o Senador Romário entrasse em contato com ele, para ele expor diretamente a situação. Pedi a uma pessoa da minha equipe que seguisse a orientação de Leandro e fornecesse o telefone para o Senador. Concordei com a negativa e a partir daí saí do processo. Pelo que me consta nenhuma contribuição foi realizada.</p>
--	--

#### 4.15. Pagamentos realizados a Flávio Dolabella (“FAZENDEIRO”)

	<p>Provavelmente no ano de 2008 ou de 2009, fui procurado pelo diretor da área internacional da Odebrecht em Brasília, acredito que Antônio</p>
--	---

	<p>Almeida ou seu antecessor, que me perguntou se eu conhecia algum dos integrantes do COFIG. De fato, eu não conhecia esse órgão, mas, vendo a lista, identifiquei uma pessoa chamada Flávio Dolabella, com quem mantinha relação de amizade, cujo número telefônico é (61) 99971-9787.</p> <p>Apresentei Flávio Dolabella ao diretor da área internacional. A partir de então, ocasionalmente, este diretor, acredito que Antônio Almeida, agendava reuniões institucionais com Flávio Dolabella. Em algumas situações, o mesmo diretor me solicitou que conversasse com Flávio Dolabella a respeito da possibilidade de ter acesso a algumas atas de reunião do COFIG. Eu procurei Flávio Dolabella, que as providenciou.</p> <p>Por seu turno, Flávio Dolabella me solicitou pagamentos financeiros e me repassou o número da conta-corrente. Lembro-me que os pagamentos eram realizados na forma de depósito em conta-corrente, acredito que em valores de R\$ 15.000,00, em momentos espaçados entre os anos de 2008 e 2010.</p> <p>O codinome constante no DROUSYS é FAZENDEIRO. Não localizei registros no DROUSYS para todos os períodos, mas, como os depósitos eram feitos em conta-corrente, será possível rastrear exatamente em quais meses os pagamentos foram feitos. Antônio Almeida, por seu turno, poderá esclarecer quais eram as atas a que ele teve acesso.</p> <p>Constam no DROUSYS os seguintes lançamentos referentes ao ano de 2010:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) C.10.1329 – R\$ 15.000,00 – 15.07 – FAZENDEIRO – SSA – Antônio Almeida – SEVENMP – DEPÓSITO EM CONTA;</li> <li>(ii) C.10.1394 – R\$ 15.000,00 – 09.09 – FAZENDEIRO – SSA – Antônio Almeida – CARIOQUINHA – ERA EXPORTAÇÃO - SUPERVISÃO – DEPÓSITO EM CONTA;</li> <li>(iii) C.10.1395 – R\$ 15.000,00 – 12.10 – FAZENDEIRO – SP – Antônio Almeida – SEVENMP – ERA EXPORTAÇÃO - SUPERVISÃO – DEPÓSITO EM CONTA</li> </ul>
--	---

#### 4.16. Pagamentos a Katia Abreu

	<p>Este relato é apenas para mostrar como às vezes somos abordados por pessoas com quem não temos relação, mas que muitas vezes esses agentes políticos se acham no direito de proceder como querem apenas</p>
--	--

	<p>em razão de possuir mandato eletivo.</p> <p>Certa feita, recebi uma ligação no meu escritório da Senadora Kátia Abreu – pessoa que não conhecia -, a pedido de Marcelo Odebrecht, segundo ela me relatou. Na ligação ela disse que Marcelo iria ajudá-la e por isso ela estava me ligando.</p> <p>Achei um absurdo a ligação e transmiti a Marcelo Odebrecht, que desmentiu o fato e disse que já havia pedido a Fernando Reis que fizesse um apoio. Sei que o apoio foi realizado porque José Carvalho Filho intermediou o encontro entre Mário Amaro, DS de Fernando Reis e a pessoa indicada pela senadora. Não sei precisar o valor, mas o relato serve de ilustração de fatos que ocorrem em Brasília.</p> <p>Quando ela já era ministra da Agricultura, Marcelo Odebrecht solicitou um encontro com a ministra, nesta oportunidade ele convidou Luiz de Mendonça e eu, foi quando fui apresentado a ela.</p>
--	---

#### 4.17. Minha visão e atuação sobre o Orçamento Geral da União

	<p>Antes de entrar na Odebrecht S/A, acompanhei o advento do escândalo dos “Anões do Orçamento”. Esse ocorrido consistiu na descoberta de que parlamentares, ao elaborarem o Orçamento Geral da União (OGU), apresentavam emendas individuais que no futuro seriam revertidas para recursos de obras. Apurou-se na CPI dos “Anões do Orçamento” que parlamentares negociavam as emendas pelo recebimento de percentuais dos recursos que seriam futuramente repassados às obras.</p> <p>A Odebrecht acabou envolvida no escândalo, tendo, inclusive, sido realizada busca e apreensão na residência de um de seus executivos à época.</p> <p>Pelo que escutei à época, as emendas eram levadas aos parlamentares pelos DC’s e DS’s, sendo que aqueles eram responsáveis pela apresentação e aprovação das mesmas. No momento em que os recursos aprovados eram transferidos para as obras, havia o repasse para o político responsável pela emenda, em percentual previamente acordado com os DS’s e DC’s.</p> <p>Fui informado pela empresa que os seguintes nomes tratavam, à época, sobre OGU: Ailton Reis, José Carvalho Filho, Laerte Rabelo e Maurício Vasconcelos.</p> <p>Após esse acontecimento, a Odebrecht mudou radicalmente sua forma de atuação estratégica quanto ao tema. Nesse momento, os recursos para as obras passaram a ser aprovados e liberados diretamente pelo Poder Executivo, por meio da criação de dotação orçamentária específica, que não mais sofria influência individual de parlamentares. Este acompanhamento e pressão política para as liberações de recursos são feitos diretamente pelos DS’s e DC’s das respectivas obras junto</p>
--	--

	<p>ao Poder Executivo. Os DS's que atuaram ao longo do meu período em Brasília, pós-2004, atrás de recursos são João Pacífico, Valter Lana e Fábio Gandolfo. Quanto aos DC's, as relações destes são com os seus respectivos DS's, sendo que eu não tenho seus nomes e relação direta com nenhum deles. A forma de atuação dos DS's e DC's também mudou: ao invés de pressionar parlamentares, passou-se a pressionar os “donos da obra”, ou seja, os governadores ou prefeitos, para que estes pressionassem as suas respectivas bancadas estaduais.</p> <p>Quando cheguei na Odebrecht S/A, em 2004, sabendo do ocorrido no passado, acertei que não me envolveria com OGU e nem com nenhuma forma de atuação que envolvesse a liberação de recursos, com receio da investida de parlamentares de uma área que não é de minha responsabilidade, ou seja, obras.</p> <p>Excepcionalmente, em casos específicos que relatei acima (Anexo 2.8 – Paper entregue a Jacques Wagner; e Anexo 2.3 – Apoio ao DS João Pacífico junto a Geddel Vieira Lima), apoiei as demandas da empresa em função exclusivamente da minha relação pessoal com os agentes políticos envolvidos.</p>
--	---

#### 4.18. Pagamentos realizados a outros Agentes Políticos no ano de 2010 (com codinomes identificados)

	<p>Como já indiquei anteriormente, no exercício da minha atividade profissional, eu recebi, por parte de alguns parlamentares com quem eu me relacionava e que tinha relacionamento institucional com a Companhia, solicitações de apoio financeiro em períodos próximos aos pleitos eleitorais. Além dos casos já narrados acima, listarei neste anexo pagamentos feitos pela empresa que foram realizados sem declaração à Justiça Eleitoral.</p> <p>Conforme o contexto descrito acima, e além dos casos já narrados nos tópicos anteriores, informo abaixo lista dos candidatos aos quais foram feitos pagamentos no ano de 2010, por aprovação dos presidentes das empresas ou de Marcelo Odebrecht, e que de alguma forma participei da solicitação. Esses pagamentos foram operacionalizados pela relação regional com os políticos e pela expectativa que se tinha de que, caso fossem eleitos, atendessem a pleitos nossos que surgissem durante os seus mandatos:</p> <p>(i) <b>Deputado Paes Landim (PI) [“Decrépito”]</b>, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Antigo parlamentar do Piauí, que sempre nutriu simpatia pela Odebrecht. Fez discursos citando a empresa de forma elogiosa no plenário do Congresso, além de discursos específicos em homenagem à memória de meu pai, fato que me deixou sensibilizado e agradecido. Acredito que sua postura nutria esperança de receber algum pagamento a pretexto de campanha eleitoral,</p>
--	---

fato que ocorreu. Por outro lado, o pagamento também tinha como objetivo gerar crédito para eventual necessidade futura. Paes Landim possui longa relação com a empresa estando já em seu oitavo mandato como Deputado Federal. Sua relação com a empresa vem desde o final da década de 1980 e eu continuei esse relacionamento. Por várias vezes tentou publicar a história da Odebrecht em livros que são editados pelo Congresso. Chegou a solicitar encontros com o fundador da Odebrecht, mas que não se concretizou. Em algumas oportunidades discursou sobre a Engenharia Brasileira e sempre citava a Odebrecht como exemplo. Chegou a me procurar para que participássemos da construção do aeroporto em Parnaíba (Piauí), mas agradei e disse a ele não era uma obra adequada para o tamanho de nossos projetos;

(i) ;

(ii) **Paulo Henrique Lustosa (CE) [“Educador”]**, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Filho de ex-Ministro de Estado. Pela formação econômica e por ser um estudioso do Brasil, além de ter sido meu contemporâneo de faculdade e eu ter amizade com seu pai, ajudei o deputado, a pedido de seu pai, pois há muitos anos não o via. Se eleito fosse poderia ser uma pessoa de contato no Congresso para ouvir nossas preocupações e pleitos. Paulo Henrique Lustosa não se elegeu ao cargo de Deputado Federal ao qual concorreu no pleito de 2010, mas ficou como suplente. Continuei sem ter contato com Paulo Henrique, pois o mesmo se mudou para o seu Estado natal, Ceará, tendo sido Secretário de alguma pasta local. O mesmo procedimento ocorreu no ano de 2014, quando seu pai me procurou e nós fizemos contribuição na forma descrita no Anexo n. 4.20. Este deputado, Mestre em Políticas Sociais, publicou alguns estudos interessantes sobre Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Em algumas vezes, conversamos muito sobre os projetos sociais da Fundação Odebrecht, especificamente sobre desenvolvimento sustentável de jovens. Seu telefone é (61) 98419-7745;

(iii) **Heráclito Fortes (PI) [“Boca Mole”]**, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Político de influência, com histórico no PMDB de Ulysses Guimarães, tendo sido Deputado Federal, Senador da República e ex-prefeito de Teresina/PI, tinha a expectativa de que em eventual necessidade, pudéssemos usar o seu apoio em demanda dentro do Senado Federal. Exemplo disso foi quando ele era Senador e que pedi a ele que acompanhasse as dificuldades que passávamos com a perda de um

funcionário nosso no Iraque, pois ele era membro da Comissão de Relações Exteriores. O trânsito deste parlamentar com o meio político agregou a mim uma melhor percepção dos “players” em Brasília. Considero Heráclito muito bem informado e tem leitura da história política que ajuda a qualquer RI que trabalha em Brasília. Em razão das fortes relações políticas que tem, Heráclito sempre ajudou na análise dos principais temas políticos. Esse acervo político e as suas fortes relações justificavam que fossem realizados pagamentos a pretexto de campanha. Seus telefones são (61) 98144-0041 ou (61) 99981-4789;

(iv) **Arthur Virgílio (AM) [“Kimono”]**, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Ex-líder do PSDB, político importante, atual prefeito de Manaus/AM, sabia, caso eleito – o que não ocorreu – certamente seria um parlamentar de expressão no Congresso Nacional, o que justifica o pagamento a pretexto de contribuição de campanha, do qual participei como mensageiro da Odebrecht, pois não tinha relação de proximidade com esse agente político. O candidato não foi eleito;

(v) **José Carlos Aleluia (BA) [“Missa”]**, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). O Deputado sempre foi um defensor da Bahia e de seus problemas. Certamente, na minha visão, ele poderia ser um ponto de entrada para discussão de temas da região Nordeste, como ocorreu quando da questão da grave crise de energia que afetaria as empresas eletrointensivas do Nordeste. Seus telefones são (61) 99982-3306 ou (71) 999710912;

(vi) **Colbert Martins (BA) [“Médico”]**, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Essa ajuda se deu a pedido de Geddel Vieira Lima. Mesmo eu não tendo relação de proximidade, busquei reforçar a liderança que o PMDB da Bahia poderia ter no Congresso. Seu telefone é (61) 99862-5570;

(vii) **Adolfo Viana (BA) [“Jovem”]**, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O pagamento a pretexto de campanha foi feito exclusivamente por um pedido do Deputado Jutahy Magalhães. Um pedido feito por Jutahy Magalhães tinha grande importância por ser um parlamentar de relação antiga com a empresa. Segundo me informou ele faz parte do grupo político do mesmo estado;

(viii) **Lídice da Mata (BA) [“Feia”]**, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Ex-prefeita de Salvador/BA, diz que conhece e admira a Odebrecht tendo relação histórica com a empresa. Eu acreditava na sua eleição como Senadora pelo momento político na Bahia, pois ela era da chapa do governador eleito Jacques Wagner. Depois de ser eleita nas eleições de 2010, recorde-me que falei pessoalmente com a Senadora, e solicitei apoio direto de José Filho para acompanhar

o tema, para que esta Senadora ajudasse um projeto do Instituto de Hospitalidade em Salvador, que acredito ter relação com a Fundação Odebrecht. Este projeto era vinculado a Secretaria de Turismo da Bahia, cujo secretário, Domingos Leonelli, era indicado pelo PSB, partido da Senadora. José Filho me relatou o descaso dela com o assunto, pois nunca recebeu sequer um retorno;

(ix) **Daniel Almeida (BA) [“Comuna”]**, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). A solicitação foi feita, pois o mesmo é do PCdoB, partido que detinha, à época, a secretaria de estado de esportes da Bahia. Como tínhamos vencido a concessão para a Fonte Nova, seria uma forma de mantermos uma interlocução qualificada, sobretudo em razão da Copa do Mundo, Aliado a este fato, foi levado em consideração para a realização do pagamento, o fato de o candidato ser da base aliada do Governo da Bahia. Seu telefone é (61) 99943-0044;

(x) **Paulo Magalhães Júnior (BA) [“Goleiro”]**, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Contribuímos para a possível eleição desse deputado estadual, pois ele me solicitou pagamento a título de contribuição de campanha em razão da minha relação pessoal. Não acreditava que ele fosse eleito, pois não tinha uma base de sustentação que o levasse a ter voto suficiente, como acabou acontecendo, pois ele não foi eleito. Outro fator que contribuiu para a decisão da empresa sobre o pagamento é o fato de ele pertencer à Família Magalhães, tendo pai como Deputado Federal e parentes históricos de peso na política baiana. Fato que justificou o pagamento realizado pela empresa. Seu telefone é (71) 99968-5717;

(xi) **Hugo Napoleão (PI) [“Diplomata”]**, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Era amigo de meu pai, ambos piauienses, e foi Governador do Estado do Piauí. Em razão da sua relação com meu pai, solicitou-me pagamento para a campanha de 2010. Apesar do pouco contato, considero uma pessoa de uma cultura impar e tem um escritório de advocacia constituído em Brasília. Chegou a me solicitar que o indicasse para a área jurídica, mas não tive oportunidade de realizar, contudo poderia ter sido feito, visto como trata seus temas jurídicos. Esse agente político teve relevância na história, tendo sido Governador do Estado do Piauí e Ministro de Estado da Educação, da Cultura e de Comunicações;

(xii) **Jutahy Magalhães (BA) [“Moleza”]**, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), é um político historicamente ligado à Odebrecht, inclusive por meio de amizades e relações familiares, e foi ajudado, de maneira relevante, em 2010 e 2014. Este deputado sempre se valeu do histórico político da sua família, tendo sido eleito para



	<p>08 legislaturas na Câmara de Deputados. Sem dúvida que ajuda a Bahia nos seus discursos desenvolvimentistas e conhecendo os investimentos da Odebrecht no estado era visto com um aliado para defesa de interesses afetos a estes investimentos. Sua projeção nacional deveu-se a sua estreita relação com o PSDB de São Paulo, especificamente com o Senador José Serra. O deputado sempre foi bastante atuante e por algumas vezes exerceu cargo de liderança em seu partido. Foi Ministro do Bem Estar Social, no Governo Itamar Franco. Seu telefone é (61) 99654-4545; e</p> <p>(xiii) <b>Francisco Dornelles (RJ) [“Velhinho”]</b>, no valor de R\$ 200.000,00. A relação com o atual Governador do Rio de Janeiro é antiga por todo o seu histórico político no País. Foi realizado pelo DS RJ, mas eu tinha interesse nesse apoio fruto de estar acompanhando a sua emenda à Lei Federal n. 8.666/93, relatada no anexo n. 3.2. Além desse fato específico, foi relevante para a realização do pagamento, a atuação parlamentar do político e sua influência nas discussões de temas tributários, especialmente de infraestrutura, em que adotava postura favorável ao setor e aos interesses da empresa. O pagamento foi tratado pela equipe do DS Rio de Janeiro, após minha solicitação e aprovação da empresa.</p> <p>Há outras informações em planilha do sistema Drousys associando meu nome a pagamentos realizados a codinomes que não identifico e que serão detalhados em relato próprio.</p> <p>Também, preciso esclarecer que consta, em planilha, com referência a meu nome, uma doação feita a Rodrigo Maia em 2010. O deputado me pediu e transmiti a solicitação a Benedicto Júnior. Sei que o pagamento, no valor de R\$ 500.000,00, foi atendido sob a condução de João Borba.</p>
--	---

#### 4.19. Explicação sobre outros pagamentos identificados em planilhas relativa a pagamentos nas eleições de 2010

	<p>Além dos fatos que relatei acima, em que participei e tive conhecimento, há algumas informações constantes nas planilhas da empresa, que relacionam, de alguma forma, meu nome a pagamentos que supostamente foram realizados a pessoas identificadas por diferentes codinomes, os quais não reconheço e posso afirmar que não participei de eventuais tratativas e nem de qualquer fase da formalização dos pagamentos. São eles:</p> <p>AÇO (Antônio Palocci)  ITALIANO (Antônio Palocci)  KAFTA (Gilberto Kassab, segundo informado pela empresa)</p>
--	---

	<p>MINEIRINHO (Aécio Neves, segundo informado pela empresa)</p> <p>Após ter ciência de que a planilha associava meu nome aos pagamentos associados aos codinomes acima, soube internamente que se tratava, de fato, de um erro contido na planilha, e que os autores dos pagamentos já haviam sido identificados e que seriam esclarecidos pelos responsáveis.</p> <p>Afora os codinomes mencionados acima, os quais me foram esclarecidos que haviam sido identificados como pagamentos atrelados a outras pessoas, há outros codinomes em que há referência a meu nome e que não identifico. Não há planilha ou qualquer outro documento que identifique agentes políticos aos codinomes, contudo há nas planilhas menção a responsáveis diretos que não sou eu. Os codinomes são os seguintes:</p> <p>ADVENTISTA (Consta na planilha como sendo do estado da Bahia e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>BEZERRA (Consta na planilha como sendo do estado da Bahia e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>CASTANHA (Consta na planilha como sendo do estado do Pará e como responsável CM. Ressalto que minha inicial na empresa é CMF)</p> <p>CONTADOR (Consta na planilha como sendo do estado da Bahia e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>CORRIDA (Consta na planilha como sendo do estado da Bahia e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>FERROVIA (Consta na planilha como sendo do estado da Bahia e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>LAQUÊ (Consta na planilha como RF e fui informado que se trata de Ricardo Ferraz e que este codinome diz respeito à Senadora Lúcia Vânia – GO. Não me foi solicitada qualquer contribuição)</p> <p>LUTADOR (Consta na planilha como sendo do estado da Bahia e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>MENINO (Consta na planilha como sendo do estado da Bahia sem atribuição de responsável)</p> <p>MENOR (Consta na planilha como sendo do estado do Piauí e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>MIUDO (Consta na planilha como sendo do estado da Bahia e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>MONTE (Nesse caso, vim a saber posteriormente, por meio de José Filho, se tratar de Mario Negromonte. Estive com esse agente político, juntamente com José Filho e Valter Lana, em visita de cortesia no gabinete do Ministro das Cidades, oportunidade em que Valter Lana apresentou projetos mobilidade urbana na região de sua responsabilidade)</p> <p>NARIGUDO (Consta na planilha como sendo do estado do Piauí e como responsável José Filho - JCF)</p>
--	---

	<p>OVO – O responsável pela pessoa é Alexandre Barradas, conforme consta em campo específico da planilha.</p> <p>RÁDIO (Consta na planilha como sendo do estado de Rondônia e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>REGIME (Consta na planilha como sendo do estado de São Paulo e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>REITOR (Consta em campo específico a pessoa de RF no DF, que acredito ser Ricardo Ferraz. Me foi dito que essa indicação refere-se a Cristovam Buarque, por ter sido Reitor da Universidade de Brasília.)</p> <p>REZADOR (Consta na planilha como sendo do estado da São Paulo e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>SEGUROS (Nesse caso, vim a saber posteriormente, por meio de José Filho, se tratar de Moreira Mendes)</p> <p>SOGRA (Consta na planilha como sendo do estado da Bahia e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>TIQUE NERVOSO (Nesse caso, vim a saber posteriormente, por meio de Ariel Parente, se tratar de Henrique Eduardo Alves)</p> <p>TRAVE (Consta na planilha como sendo do estado da Bahia e como responsável José Filho - JCF)</p> <p>ZOOLOGICO (Nesse caso, vim a saber posteriormente, por meio de José Filho, se tratar de João Leão).</p> <p>Há alguns casos em que, embora eu não possa dizer com certeza quem é o agente, pois não fui eu a criar o codinome, é possível fazer algumas tentativas de esclarecimento. São eles:</p> <p>(i) Acredito que TRAVE é a mesma pessoa que GOLEIRO (Paulo Magalhães Júnior), pois as datas de pagamentos são muito próximas e os codinomes se confundem com as senhas que foram informadas [dia 10/08 – Codinome: Goleiro/Senha: Trave – dia 11/08 – Codinome: Trave/Senha: Goleiro – ambos no valor de R\$ 50.000,00]; e</p> <p>(ii) Acredito que MENINO seja a mesma pessoa que JOVEM (Adolfo Viana Neto), pois as datas de pagamentos são muito próximas e os codinomes se confundem com as senhas que foram informadas [dia 10/08 – Codinome: Jovem/Senha: Menino – dia 11/08 – Codinome: Menino/Senha: Jovem – ambos no valor de R\$ 50.000,00].</p> <p>Ressalto que José Filho teve, em algumas oportunidades, uma agenda independente de mim, em que tratava diretamente com os DS's e até LE's sem o meu intermédio, até mesmo pelo seu histórico e a longa carreira que tem dentro da empresa.</p> <p>Gostaria, ainda, de esclarecer que não sei quem é Antero Paes de Barros e que jamais mantive qualquer contato com ele, portanto há um erro na planilha ao relacionar meu nome a essa pessoa.</p>
--	---

#### 4.20. Pagamentos realizados a outros Agentes Políticos oficialmente no Ano de 2014

	<p>No ano de 2014, encaminhei à Odebrecht solicitações de agentes públicos (candidatos a Deputados Federais, Distritais e Estaduais, sendo que todos se elegeram) para pagamentos a pretexto de campanha, tendo a companhia os realizado de maneira oficial.</p> <p>Esses pagamentos, seguindo a linha do que era realizado nas demais campanhas eleitorais, tinham como premissa a expectativa de que o candidato, caso fosse vencedor das eleições, se dedicaria aos pleitos de interesse da empresa:</p> <p>(i) <b>Antônio Imbassahy (BA)</b> - foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 299.700,00 (duzentos e noventa e nove mil e setecentos reais). [Recibos n.045450600000BA000016; e 045450600000BA000025]. O parlamentar já foi prefeito de Salvador/BA e possui antigas relações com a empresa, tendo sido contemplado com o pagamento por ser político influente da Bahia, sem ter solicitado a mim o apoio financeiro. Minha relação é recente com este deputado tendo sido apresentado ao mesmo pelo Deputado Arthur Maia, no final de 2011. Este parlamentar também participou da visita à Ucrânia já referida anteriormente, pois era membro, à época, da comissão de Ciência e Tecnologia. Esta viagem, também, me aproximou mais do parlamentar. Em algumas oportunidades em que visitei o parlamentar em seu gabinete, conversamos sobre os rumos do Brasil e a política no nosso Estado da Bahia, momento em que percebi que havia uma certa frustração por não ter sido ele a indicação do seu partido para o cargo de Vice-Governador na chapa derrotada na eleição de 2014. Também expressei nossa preocupação quanto ao momento delicado vivido pela empresa. Ele, por seu turno, se mostrou solidário ao problema vivido por Marcelo Odebrecht e também acreditava que a Bahia sofreria muito com possíveis desinvestimentos que poderiam ser feitos pela Odebrecht em seus projetos. Seu telefone é (61) 99823-8245;</p> <p>(ii) <b>Benito Gama (BA)</b> – foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). [Recibo n. 014100600000BA000010]. Conheço o agente político desde minha infância e ele possui várias relações pessoais dentro da empresa, pois é da Bahia, tendo sido Secretário de Estado em alguns governos. Benito Gama não foi parlamentar enquanto eu ocupei o cargo de Diretor de RI em Brasília/DF, pois perdeu todas as eleições que participou até 2014, quando se elegeu. Foi presidente nacional do seu partido, o PTB, o que também fundamenta a realização do pagamento. Seu telefone é (61) 98117-2930;</p> <p>(iii) <b>Claudio Cajado (BA)</b> foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais). [Recibos n. 025220600000BA000005];</p>
--	---

025220600000BA000007; e 025220600000BA000004]. Antes de conhecê-lo, sei que este parlamentar foi Prefeito de Dias D'Ávila, cidade próxima ao Polo Petroquímico de Camaçari e que, portanto, tem relevância social na região. Além disso, está em seu sexta mandato parlamentar como Deputado Federal, o que mostra o seu peso político na Bahia. Sempre foi ligado à Família Magalhães no Estado da Bahia. Conheci o parlamentar em uma viagem de trabalho à Ucrânia, em função da visita promovida pela Agência Espacial Brasileira que liderava o Projeto da Base de Lançamento de Alcântara. Esse parlamentar nos acompanhou, pois era o presidente da frente parlamentar Brasil-Ucrânia. Havia um receio de que o Brasil não honrasse os compromissos bilaterais, apesar de a Ucrânia ter feito a sua parte. O Brasil acabou rescindindo o acordo bilateral o que trouxe prejuízos para a empresa até os dias de hoje. Seus telefones são (61) 99985-6963 e (71) 99988-5061;

(iv) **Colbert Martins (BA)** foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 441.442,59 [Recibos n. 015100600000BA000011 e 015100600000BA000012]. Amigo pessoal de José Carvalho Filho há anos. Fez solicitação em 2014 e, como já tínhamos feito em 2010, repetimos. Seu telefone é (61) 99862-5570;

(v) **Heráclito Fortes (PI)** foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). [Recibos n. 040360600000PI000132; e 040360600000PI000112]. Apesar de ter perdido a eleição de 2010, possuo relação de amizade com o parlamentar e acreditava no seu sucesso nas eleições de 2014, o que se concretizou com a sua eleição para Deputado Federal. O trânsito deste parlamentar com o meio político agregou a mim uma melhor percepção dos “players” em Brasília. Considero Heráclito muito bem informado e tem leitura da história política que ajuda a qualquer RI que trabalha em Brasília. Em razão das fortes relações políticas que tem, Heráclito sempre ajudou na análise dos principais temas políticos. Esse acervo político e as suas fortes relações justificavam que fossem realizados pagamentos a pretexto de campanha. Seus telefones são (61) 98144-0041 ou (61) 99981-4789;

(vi) **Hugo Napoleão (PI)** - foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). [Recibos n. 055000600000PI000025; 055000600000PI000023; e 055000600000PI000022]. Era amigo de meu pai, ambos piauienses, e foi Governador do Estado do Piauí. Em razão da sua relação com meu pai, solicitou-me pagamento para a campanha de 2014, que foi aprovado no valor acima. Apesar do pouco contato, considero uma pessoa de uma cultura impar e tem um escritório de advocacia constituído

	<p>em Brasília. Chegou a me solicitar que o indicasse para a área jurídica, mas não tive oportunidade de realizar, contudo poderia ter sido feito, visto como trata seus temas jurídicos. Esse agente político teve relevância na história, tendo sido Governador do Estado do Piauí e Ministro de Estado da Educação, da Cultura e de Comunicações;</p> <p>(vii) <b>José Carlos Aleluia (BA)</b> foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). [Recibos n. 025550600000BA000016; 025550600000BA000018; e 025550600000BA000011]. O parlamentar possui relações próximas com a empresa, por ser Baiano. Em 2010 participei do pagamento realizado ao político, como relatado no anexo n. 4.18, item V. Em 2014 o pagamento foi realizado via doação oficial por meio do DS André Vital. Seus telefones são (61) 99982-3306 ou (71) 999710912;</p> <p>(viii) <b>Jutahy Magalhães (BA)</b> foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). [Recibos n. 045450600000BA000040; 045450600000BA000016; 045450600000BA000035; e 045450600000BA000027]. A ajuda foi realizada pelo mesmo fundamento em 2010, descrito no anexo 4.18, item XII, pois, em função de seu histórico familiar na política na Bahia, sempre foi ajudado pela empresa. Seu telefone é (61) 99654-4545;</p> <p>(ix) <b>Leur Lomanto Júnior (BA)</b> - foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). [Recibos n. 150150700000BA000039; 150150700000BA000040; e 150150700000BA000045]. O agente político é meu amigo de infância, pois nossos pais eram amigos. O pagamento realizado em 2014 teve como premissa o meu reconhecimento de suas pretensões políticas maiores (atualmente é deputado estadual), pois pertence a família tradicional do sul do Estado da Bahia, sendo filho de ex-Deputado Federal e neto de ex-Governador de Estado. Agrega aos fatos acima a relação pessoal, desenvolvida por nossos pais, tendo seu pai Leur Lomanto trabalhado como estagiário junto a meu pai em uma empresa de engenharia na Bahia na década de 1970. Seu telefone é (71) 99988-0385;</p> <p>(x) <b>Lúcio Vieira Lima (BA)</b> - foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). [Recibos n. 015180600000BA000009; e 015180600000BA000013]. A efetuação do pagamento e o valor que foi definido certamente possui relação com a sua dedicação observada na aprovação da MP 613/13, relatada em detalhe no anexo n. 3.6, além do fato de ser vice-líder</p>
--	--

	<p>de seu partido na Câmara dos Deputados. Seus telefones são (71) 99627-3984 e (61) 98565-5612;</p> <p>(xi) <b>Orlando Silva (SP)</b> - foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). [Recibos n. 065650600000SP 000141; e 065650600000SP 000152], pelo seu histórico de relacionamento com a empresa, e por ter sido Ministro dos Esportes. Lembro-me que esteve no escritório da empresa em Brasília e me pediu especificamente que reforçasse internamente o pedido que havia feito de pagamentos a pretexto de campanha;</p> <p>(xii) <b>Paes Landim (PI)</b> foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) [Recibos n. 014100600000PI000030; e 014100600000PI000036], pelas mesmas razões que fundamentaram o pagamento de 2010, relatada em detalhes no anexo 4.18, item I;</p> <p>(xiii) <b>Paulo Henrique Lustosa (CE)</b> foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) [Recibos n. 011330600000CE000009; 011330600000CE000019; e 011330600000CE000019]. O parlamentar, além de ser um líder promissor, é meu amigo e foi meu colega de faculdade, como descrito em detalhes no anexo 4.18, item II, razão pela qual meu pedido pagamento no ano de 2014. Seus telefones são (61) 98419-7745 e (85) 99813-7005; e</p> <p>(xiv) <b>Robério Negreiros (DF)</b> – foi realizada doação eleitoral no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). [Recibos n. 150000800000DF000016; e 150000800000DF000018]. Sou amigo de seu sogro, Luiz Carlos Garcia (telefone (61) 98114-0700), que foi a meu escritório e fez uma solicitação de pagamento de campanha para seu genro, Robério Negreiros. Eu disse a ele que não tinha relações com deputados distritais e não era meu objetivo ter. Para ajudar a um amigo, solicitei à empresa que realizasse o pagamento, pois, em algum momento no futuro, poderíamos ter interesses locais a serem defendidos no Distrito Federal. Seu telefone é (61) 98159-9873.</p>
--	---

#### 4.21. MP 460/09 – Esclarecimento sobre os e-mails de Marcelo Odebrecht sobre Antônio Palocci – “Operação Omertá”

	<p>Por volta de 2006, o STF reverteu uma decisão anterior de seu colegiado que permitia as empresas que adquiriam insumos com tributos pelo IPI à alíquota zero creditar-se de um valor, a título de IPI, equivalente ao produto da alíquota de saída sobre o valor de aquisição do insumo (crédito= Alíquota de Saída x Valor de Aquisição), o chamado IPI Zero. Com a reversão do posicionamento anterior, várias</p>
--	---

empresas (dentre as quais a CSN, COSAN e Odebrecht) passaram a possuir um passivo tributário em montantes significativos. O governo, por outro lado, possuía alto recebível contra essas empresas.

Além dessa situação, o Governo receava perder uma disputa tributária milionária referente ao crédito prêmio de IPI sobre as exportações, que beneficiaria principalmente as empresas exportadoras e as *tradings* (IPI Prêmio).

Diante desse quadro, a Fiesp articulou um grupo de empresas para formular uma proposta ao Governo Federal que permitisse um encontro de contas (compensação) entre os créditos que o governo possuía (mas que poderiam levar várias empresas à bancarrota) referentes ao crédito de IPI Zero e os potenciais passivos provenientes da discussão do IPI Prêmio. Esse grupo era formado pela própria Odebrecht, pela CSN, Cosan, Companhias de Tranding de São Paulo e Alagoas, empresas moveleiras e de calçados do Sul do país.

As discussões transcorreram durante muito tempo no executivo, representado pelo Ministério da Fazenda e pela PGFN, à época chefiada por Luís Inácio Adams. Embora o governo entendesse o racional da proposta, não conseguia progredir pelo fato da discussão com o IPI Prêmio ainda estar sujeita à apreciação pelo STF.

Esse grupo passou então a tratar o tema com o Congresso Nacional. O assunto foi tratado com forte articulação da FIESP, inicialmente na MP 449 (Refis), mas tendo se concentrado, no segundo semestre de 2009, na aprovação de emendas nas MPs 460 e 462. Neste período, após determinação de Marcelo Odebrecht, apoiei as ações da Odebrecht no Congresso Nacional e solicitei o apoio do Senador Romero Jucá (então líder do governo) que, como sempre, atuou fortemente na aprovação do tema nas duas MPs. Durante esse fato, o Senador Romero Jucá me disse e, chegou a anunciar publicamente, que teriam chegado a um acordo em relação a inclusão de uma emenda na MP 460 e que esta emenda não seria vetada pela Presidência da República. Esse fato gerou forte expectativa, mas culminou em seu veto pelo presidente Lula.

Apesar dos vetos, a negociação permaneceu com a participação ativa do Senador Romero Jucá e o tema foi finalmente atendido, em grande parte, na edição pelo governo da MP 470/09.

Quanto a este assunto, quero esclarecer o conteúdo de alguns e-mails que foram tornados públicos na deflagração da 35ª Fase da Operação “Lava Jato”, denominada “Omertá”. Esses e-mails trazem o meu nome em conversas envolvendo a discussão do tema no Poder Executivo ou com o então Deputado Federal Antônio Palocci.



Nesse contexto, quem tratava dos temas junto ao Poder Executivo era prioritariamente Marcelo Odebrecht. Igualmente, como os próprios e-mails deixam claro, o ponto de contato da empresa com Antônio Palocci era Marcelo Odebrecht e Alexandrino Alencar. Quero frisar que jamais estive ou tratei de qualquer assunto com o Sr. Antônio Palocci.

Especificamente com relação às trocas de e-mail sobre crédito prêmio de IPI que envolveram meu nome associado a conversas e tratativas com Antônio Palocci, posso esclarecer que fui copiado exclusivamente em razão de dois fatores: (i) eu tratava sobre a matéria com o Senador Romero Jucá; e (ii) por eu estar localizado em Brasília, poderia ser acionado para eventual necessidade emergencial (o que não ocorreu).

De fato, a leitura atenta dos e-mails permite verificar o que estou afirmando. Por exemplo, os e-mails que foram transcritos na página 71 da representação da autoridade policial deixam claro que o ponto de contato de Palocci na empresa era Alexandrino Alencar, principalmente quando Marcelo Odebrecht direciona exclusivamente a ele a pergunta se algo foi marcado com o então deputado federal. Essa mesma troca de e-mails deixa claro que eu não me encontrei na oportunidade com Marcelo Odebrecht para tratar sobre o tema, uma vez que estava com compromisso pré-agendado em Salvador.

No mesmo sentido estão os e-mails transcritos na página 76 da referida representação, em que, embora eu esteja em cópia, Marcelo Odebrecht dirige-se exclusivamente a Alexandrino Alencar para tentar agendar encontro com Palocci.

Em outras oportunidades, estou copiado para me inteirar tecnicamente sobre o assunto, uma vez que havia iniciado tratativa sobre o tema com o Senador Romero Jucá, como ocorre nos e-mails transcritos na página 83.

Além disso, as conversas que foram reunidas nas páginas 91, 159/163 e 203 são exemplos claros de que fui copiado unicamente em razão de estar situado em Brasília. Nos e-mails que estão entre as páginas 159/163, há pedido de Roberto Ramos para que eu entregue a Marcelo Odebrecht nota técnica elaborada por Jorge Mitidieri. Como eu estava fora de Brasília, pedi que encaminhassem a nota a minha secretária. Já nos e-mails transcritos às páginas 91 e 203, fui solicitado para dar apoio a eventual encontro com Antônio Palocci ou Branislav Kontic, mas posso afirmar que esses encontros jamais ocorreram.

Portanto, quero ressaltar que jamais estive ou tratei sobre qualquer assunto com Antônio Palocci. Acredito que Alexandrino Alencar

	<p>chegou a me apresentar Branislav Kontic em um encontro casual, mas nunca estive com ele para tratar de qualquer assunto de interesse da empresa. Essa é a razão pela qual esse fato não foi por mim relatado anteriormente.</p> <p>Nesse assunto, a minha atuação se dava por intermédio do Senador Romero Jucá.</p>
--	---

Documentação sigilosa entregue ao MPF